CLEUZA MARIA LOPES SIMPLICIO

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação para o mestrado, defendida por Cleuza Maria Lopes Simplicio e aprovada pela Comissão julgadora em 17 de Março de 1989.

Luila Schwantes Araujo

**ENSINO DE 2º GRAU
REALIDADE E CONTRADIÇÕES**

UNICAMP
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
BIBLIOTÉCA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

CAMPINAS - 1988

UNICAMP

"O novo é a superação do velho pela sua incorporação e transformação. Está contido no velho como germe e como causa mortis. Destroi o velho fazendo renascer dele o novo, como a morte da semente faz germinar o fruto".

Neidson Rodrigues

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Educacional à Comissão Julgadora da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação da Profa. Dra. Lucila Schwantes Arouca.

COMISSÃO JULGADORA

Isabela Schwantes Araujo
Regina de Assis
L. J.

IN MEMORIAN

A meus pais, que plantaram a primeira semente e estão presentes em todos os momentos importantes da minha vida.

AGRADECIMENTOS

- Aos professores Dr. Newton César Balzan e Dra. Regina Assis, pelas sugestões apresentadas, em diferentes discussões.
- Aos professores do curso de Pós-Graduação e colegas, que influenciaram direta ou indiretamente para a realização deste estudo.
- À Autarquia Municipal de Ensino de Poços de Caldas, pelo apoio e ajuda efetiva para a elaboração deste trabalho.
- À minha irmã Pompêia e a sobrinha Regina que ajudaram-me em diferentes momentos, enquanto estudava.
- À minha filha Cristiane, que esperava pacientemente a minha volta de Campinas.
- À Silvia e Ana Maria que ajudaram-me fazendo a revisão de Português.
- À Ilma, Eleusa, Rosilene, Iara e Luís pelo apoio e estímulo que me deram apresentando-me sugestões.
- Ao pessoal da Diretoria do Ensino de 2º Grau da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais.
- À 19ª Delegacia Regional de Ensino, IBGE e Associação Comercial de Poços de Caldas.
- Às bibliotecárias da Faculdade de Educação da UFMG e UNICAMP.
- Às datilógrafas Vera, Enide e em especial à Eleonora.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

À Dra. Lucila S. Arouca, orientadora e amiga pela dedicação, atenção e disponibilidade durante a orientação deste trabalho.

RESUMO

Este estudo procurou conhecer e analisar a realidade do Ensino de 2º Grau de Poços de Caldas e as expectativas dos diretores, professores e alunos em relação a esse grau do ensino.

Iniciamos fazendo uma retrospectiva histórica para situar o desenvolvimento da educação brasileira no contexto social, até chegarmos à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 5692/71, que ora norteia os rumos do nosso Sistema de Ensino.

Para situarmos o desenvolvimento do Ensino de 2º Grau em Poços de Caldas, fizemos uma análise da sua situação em Minas Gerais e da política do Departamento do Ensino de 2º grau da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, setor que cuida da implantação e acompanha o desenvolvimento dos cursos de 2º grau.

O procedimento metodológico usado para a realização dessa pesquisa foi a "Análise de Prosa". Esta metodologia, é um meio de investigação pelo qual se levantam questões sobre o conteúdo do material colhido: O que diz? O que significa? Quais as suas mensagens? Incluindo mensagens implícitas, explícitas, intencionais ou não intencionais. Em lugar de categorias pré-especificadas, são gerados tópicos e temas a partir dos princípios teóricos e os pressupostos da investigação.

Os interlocutores da pesquisa foram 7 (sete) diretores, 18 (dezoito) professores e 110 (cento e dez) estudantes dos 3ºs e 4ºs anos do Ensino de 2º grau.

Os resultados obtidos mostraram que:

- em Poços de Caldas, mesmo após a Lei 7044/82, pela qual se tornaram opcionais os cursos profissionalizantes, estes continuam a existir em número significativo, e que, após essa lei, apareceram os cursos "Colegiais" sem habilitação específica;
- a precariedade dos cursos foi constatada, mas eles continuam sendo procurados pelos alunos;

- há necessidade de se definir uma política educacional que oriente a implantação dos cursos de 2º grau evitando a saturação de ofertas desnecessárias à comunidade;
- os cursos de 2º grau noturno são uma realidade e, portanto, merecem ser estudados com mais atenção pela Secretaria de Educação;
- a reciclagem, melhoria de salários para os professores, escolas equipadas, reformulação dos cursos superiores que se destinam a formar professores e pedagogos são pontos importantes para a eficiência do ensino de 2º grau.

SUMÁRIO

RESUMO	VIII
SUMÁRIO	X
QUADROS	XIII

PARTE I

INTRODUÇÃO	1
- Objetivo Geral	3
- Objetivos Específicos	3
- Justificativa	3
- Procedimento Metodológico	5

PARTE II

CAPÍTULO I : Retrospectiva Histórica	11
CAPÍTULO II : A Lei 5692/71 - Origem e Consequências	19
Análise da Lei 7044/82	23

PARTE III

CAPÍTULO III : A Situação do Ensino de 2º Grau em Minas Gerais	25
CAPÍTULO IV : Caracterização de Poços de Caldas	34
- Aspectos Físicos	34
- Aspectos Demográficos	34
- Aspectos Econômicos	35
- Aspectos Culturais	36

PARTE IV

CAPÍTULO V : UNIVERSO PESQUISADO:

1. Concepção dos Alunos sobre o Ensino de 2º Grau em Poços de Caldas	42
1.1 Questões e Opiniões dos Alunos sobre o Motivo que os Levaram a Escolher os Cursos	43
1.2 Questões e Opiniões dos Alunos sobre os Cursos do 2º Grau	44
1.3 Opiniões dos Alunos sobre os Currículos dos Cursos de 2º Grau	47
1.4 Questões e Opiniões dos Alunos sobre a Orientação Profissional que Recebem na Escola	48
2. Concepção dos Professores sobre o Ensino de 2º Grau em Poços de Caldas	50
2.1 Questões e Opiniões dos Professores Quanto aos Cursos mais Procurados	52
2.2 Questões e Opiniões dos Professores em Relação aos Cursos de 2º Grau em Poços de Caldas	55
2.3 Questões e Opiniões dos Professores em Relação à Lei 5692/71 Frente a Realidade Atual	58
3. Concepções e Opiniões dos Diretores em Relação ao Ensino de 2º Grau	61
3.1 Relação dos Cursos Implantados após a Lei 5692/71 Segundo Relato dos Diretores	66
3.2 Cursos Instalados nas Escolas após a Implantação da Lei 5692/71	67

3.3	Cursos Mais Procurados	70
3.4	Reformas Atuais de Ensino e a Política Sôcio-Econômica	72
	Conclusão	79
	Bibliografia	84

QUADROS

1.	Relação de Escolas e Cursos do Ensino de 2º Grau, de Minas Gerais de 1890 a 1986	32
2.	Levantamento da População de 7 a 14 anos Alfabetizada de Poços de Caldas - 1980	38
3.	Alunos Concluintes de 8ª Série e Matriculados no 1º Ano Básico do 2º Grau - 1985, 1986 e 1987	39
4.	Relação dos Cursos de 2º Grau Existentes nas Escolas de Poços de Caldas	40
5.	Relação das Escolas de Poços de Caldas que Possuem Cursos de 2º Grau	41

"A realidade deve ser decifrada e reinventada a cada momento. Neste sentido a verdadeira educação é um ato dinâmico e permanente de conhecimento centrado na descoberta, análise e transformação da realidade pelos que a vivem".

Rosiska Darcy de Oliveira
Miguel Darcy de Oliveira

PARTE I

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O advento da Lei 5692/71 coincide com o período em que fazíamos o curso de Pedagogia na Faculdade de Educação na Universidade Federal de Minas Gerais e trabalhava na Secretaria da Educação. A nova lei foi recebida com aplausos por alguns educadores e restrições por outros. Na Faculdade, o texto da 5692/71 era analisado nas aulas de Estrutura e Funcionamento de Ensino de 1º e 2º graus. Na Secretaria da Educação faziam-se reuniões, organizavam-se comissões e instruíam-se equipes de especialistas para que pudessem fazer palestras e conferências sobre as propostas da nova lei.

Outros setores também se interessavam pelas mudanças que deveriam ocorrer na educação, sendo esta alvo de discussões por parte dos políticos, sociólogos, ministros de estado e empresários. A Lei foi promulgada num momento de otimismo, onde a modernização da economia levava a uma redefinição das relações capital-trabalho, nos moldes das sociedades capitalistas desenvolvidas, caracterizadas pelo surgimento das empresas e conglomerados econômicos em que se multiplicavam as hierarquias ocupacionais¹.

O crescimento acelerado da economia brasileira nesse período, principalmente no setor industrial urbano, contribuiu para acelerar o processo de urbanização e a migração da população rural para as grandes cidades. Essa população não possuía a mínima condição necessária para uma ocupação na indústria em crescimento.

A educação passou a ser vista como mediação para o acesso às hierarquias ocupacionais e principalmente de mobilidade vertical em seu interior.

Por outro lado, a procura da Universidade vinha crescendo muito e as vagas tornavam-se cada vez mais escassas, não havendo possibilidade da criação de novos cursos; segundo a exposição de motivos do então Mi

¹ Cf. CURY, Carlos Roberto Jamil, et alii, A PROFISSIONALIZAÇÃO DO ENSINO NA LEI 5692/71 - p. 5

Entretanto, na prática, continuou reforçando a função propedêutica, quando determinou, no Art. 46 § 2º, que o 3º ano tivesse currículo diferenciado, com o objetivo de preparar os alunos em colégios universitários.

Os cursos profissionalizantes, que deveriam fornecer certas qualificações necessárias ao mercado de trabalho, foram sendo gradativamente desvirtuados, tanto por parte dos alunos que os procuravam como também pelas escolas que os ofereciam. *"Na prática esses cursos foram se tornando, cursos propedêuticos disfarçados"*¹⁵.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - 4024/61 proclama a educação como direito e dever de todos, mas na realidade o sistema de ensino brasileiro não oferece escolas, material e professores para que se cumpra o que se prescreve na lei. Essa lei omite as desigualdades sociais e não consegue eliminar ou pelo menos amenizar os altos índices de evasão e repetência, presentes nas décadas anteriores na escola brasileira, os quais atingiram principalmente os alunos provenientes da classe de baixa renda.

A partir de 1964, como os outros setores, a educação foi também alvo de novas leis. Entre elas merecem destaque a Lei 5540/68, que regulamenta o ensino superior e a 5692/71, que cuida do ensino de 1º e 2º graus, substituindo em parte a 4024/61.

¹⁵ *Idem*, p. 70

Todos estes anos atuei como educadora; hoje atuo numa escola onde se implantou o 2º grau profissionalizante em 1987, ocasião em que passei a atuar como Orientadora Educacional no ensino de 2º grau. Assim, senti a necessidade de conhecer de perto:

- Qual a política da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, para a implantação dos cursos a nível de 2º grau;
- Como se manifesta a realidade da situação do ensino de 2º grau em Poços de Caldas;
- Como é percebida esta realidade pelos diretores, professores e alunos dos cursos de 2º grau;
- Quais as expectativas destas pessoas em relação ao 2º grau em Poços de Caldas;

O objetivo principal deste trabalho é:

- Estudar a realidade do ensino de 2º grau em Poços de Caldas, Minas Gerais, frente à existência e implantação dos cursos voltados para a Educação e Trabalho.

Objetivos Específicos:

- Fazer um levantamento e conhecer os critérios da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais visando a implantação dos cursos de 2º grau;
- Comparar a oferta e procura dos cursos profissionalizantes antes e depois da Lei 7044/82;
- Conhecer a realidade através dos alunos, diretores e professores em relação ao ensino de 2º grau.

Justificativa:

Em Minas Gerais a partir de 1983, principalmente em 1985 e 1986, houve um crescimento significativo na implantação dos cursos a nível de 2º grau. Mesmo tornando-se opcionais os cursos profissionalizantes, constatamos que até 1987 o número de cursos não profissionalizantes era

de 133 (cento e trinta e três) e profissionalizantes 488 (quatrocentos e oitenta e oito).

Nas escolas de Poços de Caldas, os cursos que qualificam para o trabalho continuaram existindo e outros foram implantados como: Técnico em Enfermagem; Técnico de Alimentos na Escola Polivalente; Informática na Escola Profissional D. Bosco; Processamento de Dados na Escola Pio XII.

Acredito que esse estudo sobre os cursos de 2º grau em Minas Gerais e especialmente em Poços de Caldas, seja relevante para o desenvolvimento do meu trabalho como Orientadora Educacional, bem como também poderá tornar-se fonte de informação auxiliar da política da Educação e Trabalho na cidade, através da 19.^a Delegacia Regional de Ensino.

PROCEDIMIENTO METODOLÓGICO

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A nossa pretensão foi ter uma visão geral do Ensino de 2º Grau de Poços de Caldas, o que nos levou a optar pela trajetória metodológica que privilegiasse os aspectos qualitativos.

Podemos qualificar o método usado como "Análise de Prosa".

André² descreve o que é, como e quando usar este tipo de abordagem, numa pesquisa de campo. Segundo a autora, a "Análise de Prosa" é considerada como uma forma de investigação do significado dos dados qualitativos. É um meio de levantar questões sobre o conteúdo de um determinado material: O que este diz? O que significa? Quais as suas mensagens? Aqui incluindo mensagens implícitas, explícitas, intencionais ou não intencionais. Ela sugere que, em lugar de um sistema de categorias pré-especificado, sejam gerados tópicos e temas a partir do exame de dados e de sua contextualização no estudo. Estes tópicos e temas devem ser frequentemente revistos, tendo em vista os princípios teóricos e os pressupostos da investigação. Devem ser selecionadas observações, temas que ocorrem em diferentes situações, diferentes momentos e advindos de vários informantes para construir o conjunto inicial de categorias.

Para determinar a relevância de um item, é importante observar a frequência com que ele ocorre; porém este critério não é suficiente, porque também as mensagens implícitas e contraditórias e até mesmo não intencionais, que acontecem uma única vez, são relevantes para o estudo de uma determinada situação ou pesquisa. Segundo a autora, a intuição e subjetividade tem um papel fundamental para selecionar um item e categorizar dados.

Para testar as informações de natureza qualitativa é importante considerar a credibilidade dos dados; a corroboração por parte de outro(s) analista(s) e a Triangulação.

² ANDRÉ, Marly - TEMAS EM DEBATE (Caderno de Pesquisa, 45: 66-71)

Credibilidade Junto aos Informantes:

Os informantes são indivíduos que podem testar ou não a relevância dos fatos, já que estão mais próximos da situação em estudo. Entretanto alguns problemas podem surgir por parte dos informantes, tais como: respostas auto-protetoras e objeções a certas citações por considerá-las depreciativas ou destrutivas. Os informantes podem reagir negativamente às interpretações que não correspondem a seus interesses ou contrárias a sua filosofia de valores.

Os interlocutores desta pesquisa foram 7 (sete) diretores que responderam a uma entrevista gravada, 18 (dezoito) professores, sendo que 15 (quinze) optaram por responder a entrevista por escrito e 3 (três) por entrevista gravada.

94 (noventa e quatro) alunos do 3º ano dos cursos de 2º grau e 16 dos 4º anos (Curso de Especialista do Prê-Escolar - Colégio Jeus Maria José e 4º ano de Química e Eletrônica - Instituto Educacional São João da Escócia), responderam a um questionário, com questões relativas ao 2º grau em Poços de Caldas.

Optamos pela escolha dos alunos dos 3ºs e 4ºs anos, por já se encontrarem no término dos cursos e terem mais condições que os iniciantes de responderem às questões propostas.

O primeiro passo para a realização desta pesquisa foi um contato com a 19ª DRE de Poços de Caldas para fazer um levantamento das escolas da cidade que oferecem cursos de 2º grau, número de alunos e professores. Após esse contato fizemos uma visita às escolas com a finalidade de explicar aos diretores e professores o objetivo da pesquisa e como seria desenvolvida cada etapa. Nesta ocasião foi marcada com os diretores a data para um novo encontro para a realização das entrevistas e a data para a aplicação de um "questionário piloto", o qual deveria ser respondido por uma amostra de professores e alunos. Este questionário tinha como objetivo testar a relevância das questões que, após analisadas, seriam revistas e comporiam o questionário propriamente dito.

O 2º passo foi a realização das entrevistas com os diretores, as quais foram realizadas nas salas das diretorias das escolas.

O 3º passo foi um novo contato com os professores para decidirmos sobre o instrumento da coleta de dados. A maioria dos professores preferira que as questões lhes fossem entregues por escrito, em forma de questionário, pois trabalham em duas ou três escolas, o que lhes impossibilita de permanecer na escola além do horário.

O 4º passo foi a aplicação do questionário nos alunos. A aplicação foi realizada em uma das salas das escolas dentro do horário normal de aulas.

Antes da aplicação do questionário os alunos foram reunidos para que o pesquisador lhes explicasse o objetivo da investigação e a importância da participação do grupo.

O questionário foi aplicado em alunos que se ofereceram espontaneamente; todavia foi solicitado pelo pesquisador que os alunos fossem dos cursos profissionalizantes e não profissionalizantes.

O 5º passo foi a entrega dos questionários aos professores dos cursos de 2º grau e a realização das entrevistas com os diretores. As entrevistas duraram de 50 (cinquenta) minutos até 2 (duas) horas.

Três diretores, como também dois professores, não se limitaram a responder às questões apresentadas, como também aproveitaram a oportunidade para falar sobre outros aspectos do seu trabalho ao longo do tempo em que atuam no ensino.

Três diretores estão trabalhando há quase 40 (quarenta) anos, um outro é médico e não possui formação pedagógica.

Entre os professores entrevistados, 4 (quatro) já se encontram no final da carreira.

No período em que foi realizada a coleta de dados observamos a insatisfação dos professores, principalmente os das escolas particulares, com os salários baixos congelados, acarretando para muitos uma jornada desgastante de trabalho, além de trabalharem em turmas com um número excessivo de alunos. Esta insatisfação culminou na 1ª greve dos professores das escolas particulares de Poços de Caldas. Após um período de 22 (vinte e dois) dias os professores voltaram às escolas, desiludidos e mais insatisfeitos, uma vez que a greve foi considerada ilegal.

O problema sentido durante a realização das entrevistas e a aplicação dos questionários foi a dificuldade de compatibilizar o horário do pesquisador com a disponibilidade dos professores, uma vez que, como já foi dito acima, eles trabalham em mais de uma escola, permanecendo no estabelecimento o tempo restrito de suas aulas.

Como todas as escolas, com exceção de uma, possuem cursos de 2º grau no período da manhã e da noite, tínhamos de estar presentes nos dois turnos.

Corroboração por Parte de Outros Analistas:

O pesquisador, para checar a relevância de um tópico ou tema, poderá submetê-lo a um outro analista. Uma segunda pessoa poderá julgar se os itens selecionados fazem sentido em relação aos dados que os originam, quais os pontos importantes e os aspectos relevantes das informações coletadas. A checagem pode ser feita nos diversos estágios do estudo ou nos momentos críticos, como no início e na fase final da coleta de dados.

Como este estudo está sendo realizado por um só pesquisador, para confrontar a relevância dos itens, foram eles submetidos ao orientador da pesquisa e a dois juízes que atuam há vários anos como professor e diretor do Ensino de 1º e 2º graus.

Triangulação:

A Triangulação é fundamental para se verificar a propriedade das interpretações fundadas em dados qualitativos. Esta técnica consiste em combinar as várias fontes de dados, diversos métodos de coletas e divergentes perspectivas de informação. Se há certos aspectos enfatizados por diferentes informantes, é bastante provável que eles sejam relevantes para a compreensão do que é estudado.

André³ ainda nos chama a atenção, sobre alguns procedimentos, que se deve ter em vista, quando se usa a "análise de prosa":

³ Cf. ANDRÉ, Marly - op. cit. p. 69

- 1) A análise deve estar presente em todos os estágios da investigação e faz parte integrante do processo de coleta de dados.
- 2) Na análise, se não houver um grupo de pesquisadores, ainda é possível tentar realizar atividades conjuntas, procurando auxílio de colegas ou informantes que estejam em posição especial para colaborar.
- 3) Os dados devem ser examinados com questões bem amplas, como: O que isto quer dizer? Quais as suas mensagens? Isto nos possibilita ter uma visão profunda e multidimensional do fenômeno estudado?
- 4) Compreensão ampla e profunda do objeto focalizado. Para isso é importante escolher tipos de dados que, supõe-se, levarão a uma representação aproximada da realidade. Estes dados são obtidos pelo caminhar do pesquisador entre a realidade e teoria, num processo contínuo de inferências sobre o significado dos dados, o que eles implicam e para onde levam, os diferentes significados da mensagem explícita ou implícita, as quais procuramos captar, traduzir e revelar.

Paralelamente à coleta de dados, através dos instrumentos já citados, fomos analisando os documentos fornecidos pela Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais, 19ª Delegacia Regional de Ensino de Poços de Caldas, IBGE e Associação do Comércio e Indústria de Poços de Caldas, como também Leis, Resoluções e Pareceres que nos ajudaram a um maior conhecimento da situação estudada e como fontes complementares.

Após a coleta de dados, estes foram agrupados em categorias, obedecendo, no agrupamento, à ordem dos itens mais frequentes. Foram também consideradas as mensagens que aconteceram uma única vez, os pensamentos implícitos e explícitos intencionais ou não intencionais, porém relevantes para o estudo, e aquelas que nos permitissem captar a situação, dando-nos uma visão real da percepção dos informantes a respeito do ensino de 2º grau e suas expectativas para o encontro de novos rumos para o ensino.

A pesquisa foi bem recebida pela Diretoria do Ensino de 2º grau da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, cuja diretora, Sr^a Virgínia dos Santos Mendes, se prontificou a falar sobre a nova política proposta para o ensino de 2º grau em Minas Gerais.

A 19^a Delegacia Regional de Ensino de Poços de Caldas também muito contribuiu para a realização deste trabalho, fornecendo-nos os Quadros Informativos das Escolas e outros dados a respeito das escolas das três redes de ensino.

Os diretores das Escolas, professores e alunos também foram prestimosos em colaborar com a pesquisa, recebendo-nos para as entrevistas e respondendo aos questionários.

As perguntas foram dirigidas com a finalidade de atender aos objetivos da pesquisa, sem a preocupação de conhecer a situação sócio-econômica dos alunos. Entretanto, por ser Poços de Caldas uma cidade de porte médio, com 118.000 (cento e dezoito mil) habitantes, (**informação do I.B.G.E. - 1986**) sabemos a grosso modo que a clientela que procura o Colégio São Domingos e o Instituto Educacional São João da Escócia, é formada por jovens de classe média e média alta; no Colégio Jesus Maria José estudam os jovens da classe média e trabalhadora; nas Escolas Estaduais, Colégio Pio XII, Colégio Municipal e Escola Profissional D. Bosco, predominam alunos da classe trabalhadora e que já se encontram no mercado de trabalho.

"...temos que encontrar o caminho da articulação entre desiguais que buscam a igualdade numa sociedade sobre a desigualdade".

Pde Agostinho Castejón

PARTE II

CAPÍTULO I

RETROSPECTIVA HISTÓRICA

CAPÍTULO I

RETROSPECTIVA HISTÓRICA

Para que se possa fazer um estudo sobre o ensino de 2º grau em Minas Gerais, especialmente em Poços de Caldas, é necessário que se faça uma retrospectiva na História da Educação do Brasil e que se conheça os diferentes momentos da evolução do Ensino Secundário, no contexto mais amplo da sociedade brasileira.

A História da Educação no Brasil começa no século XVI com a vinda dos jesuítas, no governo de Tomé de Souza.

Os jesuítas trouxeram para a Colônia as idéias dominantes na cultura medieval européia, que eram transmitidas aos filhos do branco colonizador.

A estratificação social da época, de um lado, brancos colonizadores - classe dominante e do outro negros e índios, favoreceu para que vinguem na Colônia os hábitos culturais importados. *"Foi a família patriarcal, que favoreceu pela natural receptividade a importação de formas de pensamento e idéias dominantes na cultura medieval européias, feita através da obra dos jesuítas"*¹.

A educação escolarizada era um direito apenas dos filhos dos senhores de engenho, excluindo as mulheres e os filhos primogênitos, os quais eram preparados para serem sucessores de seus pais nos negócios da família.

O ensino ministrado era completamente alheio à realidade da Colônia, destinado a dar cultura geral básica, sem a preocupação de qualificar para o trabalho, sendo uniforme e neutro, não contribuindo para modificações estruturais e econômicas no Brasil².

Os jesuítas também se preocuparam com a catequese dos índios, e ministravam a estes e aos colonos uma educação elementar. "Aqui chegando, os jesuítas organizaram classe de ler e escrever destinada às crianças, as quais se limitavam à catequese e alfabetização como objetivo de introdução da língua portuguesa"³.

¹ ROMANELLI, Otávia - HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL - p. 33

² *Idem*, p. 34

³ PAIVA, Vanilda Pereira - EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO DE ADULTOS - p. 56

Mais tarde eles fundaram colégios e seminários, os quais eram frequentados pelos filhos dos senhores de engenho, com o objetivo de prepará-los para o ingresso na classe sacerdotal. Os que não seguiam a carreira eclesiástica iam para a Europa, complementar os estudos.

A catequese, que constituía o principal objetivo dos jesuítas acabou cedendo lugar à educação de elite. Foi esta educação que se transformou em educação de classe, com características que distinguiram a aristocracia rural brasileira. Esta educação sobreviveu no Brasil, mesmo depois da expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, no século XVIII, até o período republicano, sem ter sofrido alterações em sua estrutura, mesmo quando a demanda social da educação começou a aumentar, atingindo as camadas mais baixas da população⁴.

Com a vinda da corte portuguesa para o Brasil, no início do século XIX, houve algumas realizações no campo técnico e superior. Na Bahia instalaram-se as aulas de cursos de Comércio (1812), curso de Agricultura (1818) e a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios (1816).

O ensino elementar não mereceu cuidados especiais; as atividades intelectuais predominaram sobre as manuais e mecânicas, determinando certo modelo de educação "que desonrou o trabalho nas suas formas rudes e enobreceu o ócio e estimulou o parasitismo"⁵.

Após a independência, a idéia de estruturar a educação no Brasil adquire maior legitimidade na Constituição de 1824, outorgada pelo imperador, ficando estabelecido que: "a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos".

Aos poucos, as idéias sobre a necessidade de cuidar da educação do povo vão sendo retomadas. Em maio de 1830, o Deputado Ferreira França apresenta à Câmara dos Deputados o seu projeto de criação das "escolas das artes" de orientação para o trabalho, ao lado das escolas de primeiras letras; "é para todos os meninos de sete ou mais anos de idade, que estas escolas são reivindicadas"⁶.

⁴ Cf. ROMANELLI, Otávia, *op. cit.* p. 37

⁵ BASTOS, Geraldo - A EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA, p. 194, In AROUCA Lucila, EDUCAÇÃO EXTRA ESCOLAR E REALIDADE BRASILEIRA, p. 80

⁶ BEISIEGEL, Celso Rui - ESTADO E EDUCAÇÃO POPULAR, p. 46

Pelo Ato Adicional de 1834 houve a descentralização do ensino, conferindo-se às Províncias através das "Assembléias Legislativas Provinci-ais", o direito de legislar sobre instrução pública. Foram criados assim, dois sistemas de ensino paralelos: o geral e o local. A ação direta sobre o ensino primário e secundário, limitou-se ao Municí-pio da Corte, cabendo às províncias criar estes níveis de ensino.

Por iniciativa dos governos provinciais foram criadas as primeiras escolas normais, sendo a primeira a de Niterói em 1834.

Em 1837 cria-se na Corte o Colégio Pedro II; neste município, a re-organização do ensino primário e secundário, foi proposto à Assem-blêia por João Alfredo, em 1874, com a obrigatoriedade do ensino e-lementar a todos os indivíduos de 7 a 14 anos e também para os de 14 a 18 anos, que ainda não o tenham recebido nos lugares do municí-pio em que houver escolas de adultos⁷.

A falta de recursos financeiros impossibilitou às províncias a cria-ção de uma rede organizada de escolas. Resultou daí o abandono do ensino primário, com pouquíssimas escolas, e o ensino secundário se desenvolveu nas mãos de particulares. 1837 - ...

No final do período monárquico, o quadro geral do ensino primário e secundário no Brasil era: poucas escolas primárias, as antigas aulas régias em liceus sem muita organização, os colégios secundários nas mãos da iniciativa privada, fato que acentuou o seu caráter "classista", visto que só as famílias de posses podiam pagar a educação de seus filhos⁸. ...

Com o advento do regime republicano, em substituição ao regime mo-nárquico, uma nova Constituição é dada ao país em 1891, a qual ins-tituiu o sistema federativo de governo.

Esta Constituição veio consagrar a dualidade do sistema de ensino, já instituída no período monárquico, quando, no seu artigo 35, ela reservou à União o direito de criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados.

A dualidade do sistema educacional brasileiro, que se vinha mantem-do desde o império, de um lado a educação da classe dominante (esco-las secundárias, acadêmicas e superiores), e do outro a educação do ...

⁷ Cf. PRIMITIVO, Moacyr, A INSTRUÇÃO E O IMPÉRIO - p. 149, In BEISIEGEL, Celso Rui, ESTADO E EDUCAÇÃO POPULAR, p. 60

⁸ ROMANELLI, Otaíza - op. cit. p. 40

-14-

povo, escola primária e profissional, refletia o retrato da organização social do Brasil. Entretanto a nova sociedade que surgia no país, com a República, era mais complexa que a anterior sociedade escravocrata. Já existia uma camada média de intelectuais letrados e padres, os militares em franco prestígio, uma burguesia intelectual e os primeiros contingentes de imigrantes que, na zona urbana, se ocupavam de profissões que definiam a classe média e, na zona rural, se ocupavam da lavoura.

Este complexo organismo já não podia comportar-se em instituições de caráter simplista, começando assim as pressões para as mudanças no sistema dual do ensino brasileiro⁹.

Para sanar aquela dualidade, a Primeira República tentou várias reformas, as quais não solucionaram os problemas mais graves da educação.

A primeira delas, foi a de Benjamim Constant, não chegou a ser posta em prática, a não ser em alguns aspectos. Tentou a substituição do currículo acadêmico por um currículo enciclopédico, com inclusão da disciplina científica, consagrou o ensino seriado, deu maior organicidade a todo sistema, atingindo a reforma as escolas primárias, normais, as secundárias. Entretanto esta reforma não foi implantada, pois faltou-lhe infra-estrutura institucional e o apoio político das elites que consideravam as idéias do reformador, uma ameaça para a educação dos jovens, a qual era pautada nos padrões da velha mentalidade aristocrática rural¹⁰. Em 1911, no governo do Marechal Hermes da Fonseca, houve uma nova reforma - A Lei Orgânica Rivadavia-Corrêa. Esta reforma chegou a ocasionar um retrocesso no ensino, pois facultava total liberdade e autonomia aos estabelecimentos e suprimiu o caráter oficial do ensino.

Em 1915 a reforma Carlos Maximiliano reoficializou o ensino. Reintegra o Colégio Pedro II na função de estabelecimento modelo. Restabelece a duplicidade do regime do ensino secundário: o seriado para os alunos do Colégio Pedro II e dos equivalentes e parcelado para os alunos dos colégios particulares.

⁹ Cf. ROMANELLI, Otaíza, op. cit. p. 42

¹⁰ Idem, p. 42

Em 1925 a Reforma João Luís Alves, pela primeira vez, tentou um acordo entre a União e os Estados, com a finalidade de promover a educação primária e de eliminar os exames preparatórios e parcelados. Implantou o ginásio seriado e com frequência obrigatória, regulamentou a educação do ensino secundário, com a finalidade de dar continuidade ao ensino primário. Foram eliminados os exames preparatórios para os estudantes não matriculados no Colégio Pedro II e nos ginásios equivalentes.

A pressão exercida pelos estudantes e suas famílias fez com que o governo recuasse. Muitos decretos apareceram, alterando a reforma de 1925, com a finalidade de retornar aos dispositivos da reforma de 1915.

O ensino secundário continuou a ser um instrumento para a ascensão social e preparatório para o curso superior.

Com a revolução de 30, uma nova fase inicia-se no país, dando uma outra estrutura à economia e a política. Esta fase compreende dois períodos que vão de 1930 a 1945, tendo cada um características distintas. O primeiro período, denominado de Segunda República, se caracteriza pela difusão dos ideais democrático-liberais e o segundo, denominado Estado Novo, é um período de repressão, anti-liberal e anti-democrático. Também no plano educacional esses períodos aparecem de forma bastante diferenciada; no primeiro momento, o governo provisório incluiu no seu programa de "reconstrução nacional" a difusão intensiva do ensino público, principalmente técnico profissional, estabelecendo um sistema de estímulos e colaboração direta com os Estados; o governo toma a iniciativa da construção dos Liceus Industriais nos Estados, reforma o ensino comercial e industrial¹¹.

Os problemas relativos à Educação são discutidos pelos educadores, através das Conferências Nacionais de Educação. Há uma preocupação com a melhoria qualitativa do ensino e com a formulação de uma política nacional de Educação.

Porém o apoio que se dá ao primário constitui-se em apelos aos Estados para se esforçarem na melhoria da educação neste nível de ensino.

¹¹ Cf. PAIVA, Vanilda Pereira, *op. cit.* p.113

No Estado Novo, o regime autoritário não permite que os assuntos relevantes à educação sejam discutidos. A União se volta para uma direção quantitativa. Segundo Otaiza Romanelli, a expansão do ensino se deu de maneira atropelada, improvisada, agindo o Estado mais com vistas ao atendimento das pressões do momento do que com vistas propriamente a uma política nacional de educação¹².

Embora na Segunda República o Governo Federal tenha incluído em seu programa a difusão do ensino técnico profissional, na Constituição de 1934, no Capítulo II, da Educação e da Cultura, não se encontra nenhum artigo que trata especificamente deste tipo de ensino.

Na Constituição de 1937, ao tratar do ensino profissionalizante, reavivou o preconceito contra o trabalho manual destinando-o às classes desfavorecidas, como se pode ver no Art. 129 "o ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas e em matéria de educação é o primeiro dever do Estado".

Em fins de 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública. O Sr. Francisco Campos, o Primeiro-Ministro, teve como preocupação inicial elaborar uma reforma de ensino, a qual se efetivou através de uma série de decretos.

A Reforma Francisco Campos atingiu profundamente a estrutura do ensino e foi a primeira reforma imposta a todo o território nacional. Ela veio dar uma organização ao ensino secundário; na maior parte do território nacional estes cursos eram preparatórios, de caráter propedêutico.

A Reforma estabeleceu o currículo seriado, a frequência obrigatória, dois ciclos, um fundamental de 5 anos e outro complementar de 2 anos, e equiparou os colégios secundários ao Colégio Pedro II.

A rigidez dos currículos e programas, o mesmo critério de avaliação para todo o território nacional, constituído de regiões com acentuada desigualdade sócio-econômica, opôs-se ao avanço da demanda social da educação ocasionando uma baixa produtividade da educação secundária.

Quanto aos cursos profissionalizantes, a reforma só cuidou do ensino comercial, o qual não tinha articulação com o ensino secundário e nem dava acesso ao ensino superior.

¹² Cf. ROMANELLI, Otaiza - *op. cit.* p. 61

A Reforma Capanema, de 1942, vem dar uma verdadeira sistematização ao ensino médio. Entretanto esta reforma era uma ponte de mão única: após o ginásio o candidato poderia matricular-se no secundário ou em qualquer curso técnico secundário. Aos alunos que haviam terminado o curso ginásial dos ramos especiais - Comercial, Agrícola, Industrial, era vedado a matrícula aos cursos que não tinham afinidade com o curso que haviam concluído.

Aos concluintes do curso clássico ou científico era assegurado o direito de ingresso em qualquer curso superior e aos demais nas áreas afins.

Em 1946, a nova Constituição fixa, num dos seus parágrafos, a necessidade de elaborar novas leis e diretrizes para o ensino no Brasil que substituíssem aquelas consideradas já ultrapassadas.

O primeiro projeto-lei encaminhado à Câmara pelo então Ministro da Educação data de 1948; entretanto seu texto definitivo só foi sancionado em 1961. A nova lei recebeu o Nº 4024 e estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Essa lei tenta conciliar a tendência populista do governo com as idéias da parcela da burguesia que defendia o ensino privado. A Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional, apesar de conter certos elementos populistas, não deixa de ter um caráter elitista¹³.

Ao mesmo tempo em que ela dissolve a dualidade anterior do ensino, cursos propedêuticos para a classe dominante e profissionalizante para a dominada, através da equivalência e flexibilidade dos cursos de nível médio, cria nesse mesmo nível uma barreira quase que intransponível, assegurando às escolas particulares a continuidade e controle daquele ensino. Impossibilitando desse modo, o aluno pobre de prosseguir nos estudos¹⁴.

Continuou prevalecendo o conceito de ensino médio como gênero do qualo secundário, o técnico industrial, normal e outros ramos seriam as espécies. Apresentou uma concepção orgânica de escola média ao mesmo tempo global e diversificada, definida por dois pontos básicos: a especialização e a equivalência entre os cursos.

¹³ Cf. FREITAG, Bárbara - ESCOLA, ESTADO E SOCIEDADE - p. 58

¹⁴ *Idem*, p. 59

Entretanto, na prática, continuou reforçando a função propedêutica, quando determinou, no Art. 46 § 2º, que o 3º ano tivesse currículo diferenciado, com o objetivo de preparar os alunos em colégios universitários.

Os cursos profissionalizantes, que deveriam fornecer certas qualificações necessárias ao mercado de trabalho, foram sendo gradativamente desvirtuados, tanto por parte dos alunos que os procuravam como também pelas escolas que os ofereciam. "Na prática esses cursos foram se tornando, cursos propedêuticos disfarçados"¹⁵.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - 4024/61 proclama a educação como direito e dever de todos, mas na realidade o sistema de ensino brasileiro não oferece escolas, material e professores para que se cumpra o que se prescreve na lei. Essa lei omite as desigualdades sociais e não consegue eliminar ou pelo menos amenizar os altos índices de evasão e repetência, presentes nas décadas anteriores na escola brasileira, os quais atingiram principalmente os alunos provenientes da classe de baixa renda.

A partir de 1964, como os outros setores, a educação foi também alvo de novas leis. Entre elas merecem destaque a Lei 5540/68, que regulamenta o ensino superior e a 5692/71, que cuida do ensino de 1º e 2º graus, substituindo em parte a 4024/61.

¹⁵ *Idem*, p. 70

CAPÍTULO II

A LEI 5692/71 - ORIGEM E CONSEQUÊNCIAS

CAPÍTULO II

A LEI 5692/71 - ORIGEM E CONSEQUÊNCIAS

Para que se faça uma análise sobre o ensino de 2º grau na legislação atual, é necessário que se fale um pouco sobre o ensino técnico industrial, o qual foi o paradigma para delimitar a sua função.

Com a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Industrial - Decreto Lei 4073, de 30 de Janeiro de 1942, as expressões "ensino técnico" e "ensino industrial" se incorporaram à terminologia do sistema de ensino brasileiro¹⁶. Entretanto o ensino técnico já existia antes da Lei Orgânica que estabeleceu as bases de sua organização. Até 1942 os estabelecimentos de ensino que ministravam o ensino técnico eram poucos: 6 escolas federais, 6 estaduais e apenas 2 particulares.

Após a Lei Orgânica, o ensino técnico industrial foi sendo constituído com a transformação das escolas federais de aprendizes e artífices em escolas industriais. Estas escolas, como as estaduais que cuidavam da formação de operários, o SENAI e as escolas de engenharia de nível superior, instalaram também escolas técnicas. Portanto estas escolas tem duas origens: as escolas profissionais e as escolas de engenharia¹⁷.

A Lei Orgânica do ensino industrial criou um ramo de ensino de 2º grau, composto de dois ciclos: ginásial e colegial.

Com a Lei 5692/71, deu-se o desaparecimento do ensino secundário e a integração das duas formas de ensino, o propedêutico e o profissionalizante. O ensino técnico industrial, que desde a Lei Orgânica de 1942 constituía um ramo de ensino secundário com características próprias, a partir da Lei 5692/71 passou a se fundir como o ensino

¹⁶ Cf. VIANNA, Agnelo Corrêa, EDUCAÇÃO TÉCNICA - p. 84

¹⁷ Cf. CUNHA, Luíz Antonio - A PROFISSIONALIZAÇÃO DO ENSINO MÉDIO
p. 65

de 2º grau e com os demais cursos profissionalizantes. Com a nova lei pretendia-se que o ensino médio, destinado até aquele período a preparar candidatos aos cursos superiores, teria uma terminalidade e passaria a formar técnicos. O ensino de 2º grau se amoldaria ao processo de desenvolvimento econômico e deixaria de ser apenas um caminho para o curso superior.

A política econômica desenvolvimentista do período levou os dirigentes a supor que o mercado de trabalho carecia de técnicos e que, em consequência, deveria adequar o sistema educacional à indústria em crescimento.

De acordo com o grupo de trabalho da Reforma Universitária, era necessário, para a consecução dos objetivos propostos para o ensino superior, que a escola média se articulasse com o superior. "A Lei 5692/71 procura corrigir as inadequações do sistema de ensino médio anterior, tendo em vista a nova realidade, sobretudo a econômica, como também uma decorrência do ensino superior, a fim de ajustar os três níveis de ensino tanto estrutural como funcionalmente¹⁸.

O dualismo do nosso ensino médio era criticado, curso propedêutico-curso técnico, por ser considerado antidemocrático e ainda um empecilho para o funcionamento de uma escola dinâmica, que atendesse às características psicológicas do aluno, omitindo do seu currículo a formação para o trabalho.

Ainda segundo o relatório do grupo de trabalho, além da terminalidade, o ensino de 2º grau tem ainda a função conciliadora de acabar com a frustração dos candidatos que não são admitidos ou não querem cursar o superior após o 2º grau e não têm uma ocupação útil.

Segundo Cunha, a perspectiva manifesta da reforma seria conter o aumento de vagas nos cursos superiores, habilitando profissionalmente todos os concluintes do 2º grau. Entretanto a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação tem um objetivo primordial que não está explícito na exposição de motivos, que é o de conter os movimentos políticos dos estudantes, reclamando por mais vagas no ensino superior,

¹⁸FRIAÇA, Julce Lima, UMA ANÁLISE DA HABILITAÇÃO PROFISSIONAL NO ENSINO DE 2º GRAU. A LEI 5692/71 E SUA REFORMULAÇÃO - p. 18

considerado necessário para a ascensão social da classe média. A profissionalização do ensino médio é uma resposta educacional a um problema social¹⁹.

A Lei 5692/71 tem como objetivo geral: "proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento das suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania". Outros dispositivos da lei ressaltam a importância da qualificação para o trabalho e das habilitações ocupacionais e das normas curriculares conforme Art. 4º § 3º e 4º; Art. 5º § 2º alínea "a" e "b"; Art. 6º, 8º, 21 e 22.

O texto da Lei 5692/71 foi elaborado por especialistas de gabinete, sem consultar as bases que deveriam pôr em ação os dispositivos da lei; não se fez um levantamento das necessidades sentidas pelos professores e alunos, nem um estudo prévio das comunidades. Por isso, logo após a sua implantação, muitos problemas surgiram, tais como:

- "falta de compreensão do texto da lei;
- falta de docentes qualificados para as habilitações específicas de cada curso profissionalizante;
- falta de condições materiais, aparelhagens, oficinas adequadas para o desenvolvimento dos cursos"²⁰.

Durante 13 anos a Lei 5692/71 sofreu muitas críticas por parte da imprensa e educadores, mostrando a inviabilidade da profissionalização compulsória do ensino de 2º grau, o que levou as autoridades a introduzirem alterações na Lei 5692/71, através da Lei 7044/82.

Antes de se fazer uma análise da Lei 7044/82, não poderemos deixar de fazer um comentário sobre os Pareceres 45/72 e 76/75, ambos do Conselho Federal de Educação, pelos quais tentou-se operacionalizar a Lei 5692/71.

¹⁹ Cf. CUNHA, Luis Antonio, op. cit. p. 125

²⁰ CARVALHO, Maria Helena Silva de Oliveira, ESTUDO DA LEI 5692/71 NO ENSINO DE 2º GRAU CONSEQUÊNCIAS DE SUA IMPLANTAÇÃO - p. 52

Análise dos Pareceres 45/72 e 76/75, que regulamentam a implantação da parte de formação especial da Lei 5692/71 no ensino de 2º grau:

Primeiramente tentou-se a operacionalização da Lei 5692/71, através do Parecer 45/72 do Conselho Federal de Educação. Este parecer fixa o mínimo a ser exigido em cada habilitação profissional; de acordo com este documento o técnico e o auxiliar técnico, formados pelo sistema de ensino, se destinariam imediatamente ao mercado de trabalho, sendo que o técnico após um estágio na empresa que não deveria ultrapassar a 10.^a parte da carga horária de formação especial do currículo. Conforme orientação deste parecer, haveria uma especialização específica para uma determinada profissão. "Para o funcionamento satisfatório de um sistema desse tipo, haveria necessidade de uma perfeita coincidência entre habilitação e emprego, o que só tem sido possível no caso de cursos oferecidos por escolas técnicas de maior nome e tradição"²¹.

O Parecer 45/72 foi inviável devido a impossibilidade de generalizar uma escola para o trabalho "a unidade teórica e prática como foi proposta por esse Parecer, pressupõe uma racionalidade e flexibilidade do mercado de trabalho, assim como Escola e Produção inexistente nas formações sociais capitalistas"²².

A impossibilidade de se aplicar o proposto no Parecer 45/72 levou o Conselho Federal de Educação a prescrever o Parecer 76/75, que veio dar uma nova orientação a respeito da qualificação para o trabalho.

De acordo com o Parecer 76/75, os alunos do 2º grau não deveriam necessariamente ser conduzidos a uma especialização para uma determinada ocupação, mas deveriam adquirir uma formação básica para o trabalho. Foram criadas as habilitações básicas, ou seja, a preparação do aluno não para uma determinada habilitação profissional, mas para uma família ocupacional, transferindo o coroamento dessa formação para as empresas ou escolas técnicas. Desta forma a "habilitação é considerada uma forma de educação para o trabalho que não implica necessariamente na formação de técnicos e não traz prejuízos para o pros

²¹ Cf. CURY, Carlos Roberto, *et alii*, *op. cit.* p. 39

²² Cf. WARDE, Miriam Jorge, EDUCAÇÃO E ESTRUTURA SOCIAL - p. 86

*seguimento dos estudos em nível superior"*²³.

Apesar de conflitantes, aqueles Pareceres continuaram a coexistir; um não implicou na substituição do outro, mas ambos continuaram a normatizar o ensino.

A inviabilidade da política da profissionalização compulsória do ensino de 2º grau não cessou por aí; as críticas a esses documentos levaram as autoridades a introduzir alterações na Lei 5692/71 através da Lei 7044/82, tornando opcional a oferta de cursos profissionalizantes.

Análise da Lei 7044/82:

Esta análise será feita com a finalidade de constatar as alterações substanciais sofridas pela Lei 5692/71, através da Lei 7044/82 e suas consequências para o ensino de 2º grau em Poços de Caldas.

A Lei 7044/82 altera dispositivos da Lei 5692/71, que se referem à profissionalização do ensino de 2º grau (Artigos 1º, 4º, 5º, 6º, 8º, 12º, 16º, 22º, 30º e 76º). Esta lei não mais consagra as expressões *educação geral e formação especial*. A *"qualificação para o trabalho"* é substituída por *"preparação para o trabalho"*.

Na exposição de motivos que encaminhou o projeto de Lei ao executivo, as razões básicas para a alteração da Lei 5692/71 foram os problemas de demanda, da tendência das empresas em formar a sua própria mão-de-obra e a impossibilidade dos sistemas de ensino de acompanharem os constantes avanços tecnológicos. Nessa exposição as autoridades expressam as suas expectativas em relação às modificações introduzidas, as quais esperam que propicie às escolas condições para *ministrar um ensino capaz de tornar os alunos cidadãos responsáveis e participantes*, e que lhes possibilite um desenvolvimento integral nas suas três dimensões: *"do pensar, do fazer, do agir"*. A preparação para o trabalho deverá ser definida pelo sistema de ensino e poderão assumir formas diferentes: *sondagem de aptidões, iniciação para o trabalho, conhecimento e organização para o trabalho na*

²³ Cf. CURY, C. R. - *et. alii. op. cit. p. 39*

sociedade e habilitação profissional"²⁴.

A Lei 7044/82, não traz modificações substanciais para o ensino de 2º grau. A alteração proposta é a substituição do termo qualificação para o trabalho por "preparação para o trabalho".

No documento preparado pelo DEM/MEC como subsídio ao Conselho Federal de Educação na elaboração do Parecer 45/72, a "qualificação para o trabalho, compreenderia o processo de preparar o jovem para as ações concernentes do trabalho produtivo, seja ele de criatividade, de multiplicação de idéias e projetos de análise de controle de administração e supervisão ou de execução manual e mecânica, tudo de acordo com as potencialidades e diferenças individuais do educando". O que indica que os termos "qualificação para o trabalho" e "preparação para o trabalho" são sinônimos. O que houve foi uma substituição de termos, sem novos significados"²⁵.

Após a Lei 7044/82, o curso colegial foi acrescentado em 5 (cinco) escolas de 2º grau da cidade de Poços de Caldas. Nele não há profissionalização, nem preparação para o trabalho; é um curso propedêutico, preocupado em preparar o aluno para o vestibular. O sistema dual de ensino começa a ressurgir; para muitos educadores é uma volta à 4024/61.

A Lei 7044/82, assim como a 5692/71, foi elaborada por um grupo de especialistas de gabinete para atender às pressões políticas e responder às críticas feitas à 5692/71, sem se preocupar com as dimensões reais e as necessidades das nossas escolas e sem ouvir as pessoas ligadas diretamente a elas.

Esta lei não veio pôr fim às questões nevrálgicas sobre o ensino de 2º grau, que continua a ser o alvo de estudos do MEC, das Secretarias da Educação e educadores preocupados em definir o seu caminho no sistema de ensino brasileiro.

²⁴ BRASIL LUDWIG, R. EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 49 de 28/06/82, Brasília, MEC, 1982

²⁵ MEC/DEM, DO ENSINO DE 1º GRAU, LEIS PARECERES, Brasília 1976, p. 141. In CARVALHO, M.^a Helena S.O. op. cit. p. 94 e 95.

"A educação do cidadão compreende a formação para o exercício do trabalho mas também compreende o acesso aos valores da civilização e o contato com o desenvolvimento da ciência e das técnicas modernas".

Neidson Rodrigues

PARTE III

CAPÍTULO III

A SITUAÇÃO DO ENSINO DE 2º GRAU EM MINAS GERAIS

CAPÍTULO III

A SITUAÇÃO DO 2º GRAU EM MINAS GERAIS

Em Minas Gerais, até o ano de 1980, 200 (duzentas) escolas ofereciam cursos a nível de 2º grau (Quadro I).

Antes da Lei 5692/71 as escolas existentes ofereciam, em média, uma ou duas habilitações: *Magistério de 1º Grau e Técnico em Contabilidade*.

Fazendo uma retrospectiva histórica, constatamos que 4 (quatro) delas datam do século passado. A partir da Lei 5692/71, novos cursos profissionalizantes foram acrescentados nessas escolas sendo que em duas delas são oferecidas 11 (onze) habilitações e em outra, 7 (sete) habilitações; ambas estão situadas em Belo Horizonte (Ver Quadro I).

O Decreto Nº 19.142 do ano de 1978, do então governador do Estado Dr. Aureliano Chaves de Mendonça, dispõe sobre a instalação e encampação¹ de cursos e escolas de 2º grau pelo Estado. Como consequência prática da aplicação do referido decreto, diminuiu-se a criação e encampação de novas escolas de 2º grau pelo Estado.

Os decretos nºs 20.633/80 e 21.235/81, do então governador do Estado Dr. Francisco Pereira dos Santos, dispõe sobre o controle de pessoal e de investimento na administração estadual, e proíbe a extensão de séries nas escolas de 1º grau e a criação de novas unidades do ensino a nível de 2º grau; esses decretos apresentam um entrave para o crescimento dos cursos de 2º grau em Minas Gerais.

A partir de 1983, com a mudança na estrutura do poder a abertura do processo de democratização, após a vitória do PMDB nas eleições para governadores, aqueles decretos são revogados e inicia-se uma nova política educacional.

Em documento datado de março de 1983 intitulado "*Educação para a Mudança*", A secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais fazia chegar às escolas as idéias básicas que norteariam as ações do então Secretário Professor Otávio Elíseo A. Brito.

¹ ENCAMPAÇÃO - O Estado toma posse de uma escola pertencente a rede Municipal ou Particular após um acordo em que se ajusta a indenização que deve ser paga.

Na apresentação, o Sr. Secretário diz que as idéias apresentadas eram resultantes de um trabalho de uma equipe comprometida com o programa do PMDB.

Desfilam ao lado de minuciosa análise da situação educacional em Minas Gerais, uma série de metas, através das quais se buscaria a solução de encaminhamento no trato dos problemas levantados.

A principal meta apresentada foi:

"Realização do Congresso Mineiro de Educação (1983) que propicie uma ampla discussão a partir da realidade municipal e regional, e ofereça subsídios para a produção de um Projeto Educacional para Minas Gerais".

A operacionalização dessa meta aconteceu como a primeira ação concreta, em meio a uma intensa propaganda que tinha como idéia central o apelo:

"Vamos tirar a Educação do Quadro Negro em que ela está".

A orientação para o acontecimento partiu da Delegacia Regional de Ensino, no sentido de que cada escola se organizasse a seu modo para refletir sobre todos os aspectos da vida escolar.

Dessa reflexão deveriam participar: pais, alunos, professores e todas as demais pessoas da escola indistintamente.

Todos falariam a respeito dos problemas que julgassem pertinentes à educação.

Não poderia haver exclusão de ninguém e tão pouco de qualquer fala.

Após dois dias de discussão, cada escola elaboraria um documento final.

Da elaboração desse documento deveriam participar representantes de todos os grupos, garantindo a fidelidade de pensamento do conjunto. Em seguida seria usado o mesmo processo na elaboração do documento municipal e regional.

Na fase regional seriam eleitos os representantes que, em Belo Horizonte, consolidariam o documento final do I Congresso Mineiro de Educação.

No final do Congresso Mineiro de Educação, a Diretoria de Ensino de 2º grau realizou reuniões internas com a sua equipe, com a participação de representantes de associados de bairros e das Delegacias Regionais de Ensino, para discutir a questão do trabalho na escola de 2º grau e, conseqüentemente, a implantação da Lei 7044/82.

Nessas discussões constatou-se que em 35% dos municípios do Estado não existiam escolas de 2º grau. Dos 469 (quatrocentos e sessenta e nove) municípios atendidos, apenas 177 (cento e setenta e sete) contavam com escolas estaduais de 2º grau. Na capital do Estado, com mais de 2 milhões de habitantes, possuía apenas 3 escolas estaduais de 2º grau. Os dados referentes à população de 15 (quinze) anos e mais revelam que grande parte dessa população não frequentou nem estava frequentando a escola de 2º grau. Em 1980, 48% da população de 15 anos e mais tinha de 1 a 4 anos de estudo e 27% dessa população não completou nem um ano de estudo, sendo portanto analfabetos ou semi-analfabetos, 14% da população tinha de 5 a 8 anos de estudo, 8% de 9 a 11 anos, sendo que 8% da população estava frequentando ou frequentou o curso de 2º grau. Ainda foi constatado que o maior número de vagas do Ensino de 2º grau, está concentrado na rede particular. A rede pública estadual tem se mostrado incipiente para atender à demanda de concluintes de 1º grau, oriundos da própria rede. De 1979 a 1981, 60.788 (sessenta mil setecentos e oitenta e oito) alunos concluintes do 1º grau na rede pública estadual ficaram sem vagas na própria rede para o prosseguimento dos estudos.

Até 1982, os cursos de 2º grau mais oferecidos pela rede estadual eram: *Magistério, Técnico em Contabilidade, Auxiliar de Escritório, Auxiliar de Contabilidade, Auxiliar de Patologia Clínica e Auxiliar de Laboratório de Análises Químicas.*

As diretrizes que nortearam a implantação desses cursos não são claras, mas percebemos que é caótico o atendimento ao 2º grau na rede pública em Minas Gerais.

No Congresso Mineiro de Educação, algumas sugestões apresentadas pelos participantes estão relacionadas diretamente ao ensino de 2º grau, tais como: ampliação do número de vagas para o ensino de 2º grau na rede pública e que estas sejam efetivadas pela criação de escolas públicas nas periferias das grandes cidades e abertura de cursos noturnos; criação de escolas técnicas onde o aluno possa adquirir mais de uma habilitação profissional e ainda a melhoria da rede física, equipamentos e materiais de ensino. Quanto ao curso de Magistério foi sugerido que se fizesse exame de seleção para os candidatos ao curso de Formação para o Magistério de 1º Grau, reformulação dos currículos e programas e ampliação da duração do curso de Magistério para 4 anos.

Após a fase de sugestão, a diretoria do Ensino de 2º Grau procurou redefinir uma política para esse ensino, tendo como suporte dois pontos básicos: a importância da educação geral e a necessidade de se repensar a relação educação-trabalho. Para atender ao primeiro ponto, viu-se a necessidade de redefinir os conteúdos mínimos das matérias do currículo comum e conseqüentemente o desenvolvimento de alternativas metodológicas para trabalhá-los. Quanto ao segundo ponto, a proposta era não impor à Escola a tarefa de preparar o aluno para atender às demandas do mercado de trabalho, mas que essa preparação se desse de forma natural e atendesse às necessidades concretas das comunidades nas quais se encontra a escola. Essa proposta se efetivaria através de cursos livres, optativos, em convênio com a Secretaria da Saúde e do Trabalho, que se destinariam a uma faixa mais ampla que a formada pelos alunos de escola de 2º grau. Essa proposta não elimina outra alternativa, como manter habilitações na escola, desde que esse seja desejo dos alunos e pais².

Pela descrição da proposta percebemos que os cursos não constarão do currículo da escola, serão cursos à parte, que não se destinarão exclusivamente aos alunos que cursam o 2º grau, parecendo-nos mais um curso de treinamento sem integração da educação com o trabalho. Entretanto há uma ressalva no final do artigo de MENDES e NOVAES: que a implantação da proposta não excluirá o apoio e incentivo da Dire

² Cf. MENDES, *Virgínia dos Santos et alii*, ENSINO DE 2º GRAU, REDEFININDO UMA PRIORIDADE, Caderno de Pesquisa nº 7, p. 27.

toria do 2º Grau a outros Projetos e reivindicações apresentadas pela comunidade³.

Com base no documento elaborado no Congresso Mineiro de Educação, foram tomadas as decisões que nortearam a política educacional de Minas Gerais.

Em 1984 é publicada a Lei Nº 8518 do então Governador do Estado, Dr. Tancredo de Almeida Neves, que dispõe sobre a criação de escola de 2º grau na rede estadual de ensino. A partir daí, principalmente em 1985, há uma intensificação na abertura de cursos a nível de 2º grau. (Quadro I).

Em 1986, foi lançado o Plano de Expansão de Ofertas Educacionais e Melhorias do Atendimento Escolar, sendo uma de suas metas a criação de novas escolas de 1º e 2º graus. Dentro do Plano de Expansão, na parte a que se refere ao 2º grau, está explícito: "O 2º grau destina-se prioritariamente à clientela escolar na faixa de 15 a 18 ou 19 anos. O 2º grau, a fim de possibilitar um melhor atendimento a sua clientela, poderá ser implantado de imediato ou progressivamente, de acordo com os objetivos, necessidades, características e possibilidades de cada local ou região, conforme plano a ser apresentado"⁴.

Para que se possa visualizar a expansão do ensino de 2º grau em Minas Gerais, apresentamos no Quadro I, uma relação desses cursos, considerando a data de sua criação, autorização ou reconhecimento, iniciando em 1890, ano em que se supõe a criação da primeira escola pública a oferecer o curso médio, até 1986, data do Plano de Expansão.

Fazendo uma análise deste quadro, observamos que : entre as escolas que oferecem cursos de 2º grau, quatro delas datam do final do século passado. Não nos foi possível pelo documento identificar os cursos que elas ofereciam na data de sua criação.

Na Escola Normal, fundada pelo então Governador João Pinheiro, e tendo por 1ª sede o Ginásio Mineiro, funcionou a Escola Pedagógica, época em que se contou com Claparède fazendo parte do seu corpo docente.

³ Cf. MENDES, Virgínia dos Santos et alii, ENSINO DE 2º GRAU REDEFININDO UMA PRIORIDADE, op. cit. p. 32

⁴ Documento de Expansão de Ofertas Educacionais e Melhorias do Atendimento Escolar - 1986 - p. 6

Após a Lei Orgânica a Escola Normal passou a se chamar Instituto de Educação. Hoje esta escola possui cursos profissionalizantes a nível de 2º grau, como também de 1º grau. A Escola Plínio Ribeiro de Montes Claros oferece o curso de Magistério e Colegial.

Vemos que de 1920 a 1929 foram criados 10 (dez) cursos de 2º grau, de 1930 a 1939 houve um decréscimo de 30% desses cursos, de 1940 a 1949 foram criados apenas 3 (três) cursos, sendo que de 1960 a 1969 houve uma expansão: foram criados 57 (cinquenta e sete) cursos em relação aos outros anos.

O ensino secundário na primeira metade do século, era prioridade das escolas particulares e destinado a uma elite; a classe trabalhadora quase não tinha acesso a ele, mesmo que o Estado pouco se ocupava desse grau do ensino. A partir da década de 60, o Estado começa a se preocupar com o ensino secundário e há uma pequena expansão na rede estadual dos cursos de 2º grau.

A partir da década de 70, inicia-se a implantação dos cursos profissionalizantes a nível de 2º grau. Com a Lei 5692/71, a profissionalização no 2º grau torna-se compulsória; todos os cursos que surgem neste período a nível de 2º grau são profissionalizantes.

Observamos que há uma concentração de cursos da área terciária, possivelmente por se tratar de cursos que requerem menos recursos financeiros, ao mesmo tempo que atendem à exigência da Lei 5692/71, oferecendo habilitações que qualificam para o trabalho.

No período de 1980 a 1986, principalmente em 1985/1986, há um crescimento significativo na oferta de cursos a nível de 2º grau, pela rede Estadual de Ensino.

Inicia-se após a Lei 7044/82 a implantação dos cursos sem habilitação, os quais perfazem um total de 133 (cento e trinta e três) cursos: o crescimento maior ocorreu nos cursos de Técnico em Contabilidade, 145 (cento e quarenta e cinco) e Magistério 237 (duzentos e trinta e sete).

O número de cursos voltados para a Agropecuária também são expressivos: se adicionarmos os cursos de Técnico em Agropecuária 17 (dezesete) aos de Habilitação Básica em Agropecuária, 13 (treze), temos um total de 30 (trinta) cursos destinados a um mesmo fim.

Analisando o quadro, percebemos que continua um crescimento significativo dos cursos de Magistério e Contabilidade e que estes não atendem aos pontos básicos que redefiniram a nova política educacional proposta pela diretoria do 2º grau da Secretaria do Estado de Minas Gerais, já que ambos são cursos que oferecem uma habilitação específica. Como a proposta apresentada por essa diretoria não exclui a possibilidade da comunidade escolher os cursos de 2º grau que lhes convêm, a ampliação do número daqueles cursos, Magistério e Contabilidade, nos faz crer que eles foram os mais solicitados pelos municípios mineiros. Ainda nos ficam dúvidas: estamos realmente caminhando para uma redefinição da política educacional em Minas Gerais ou ainda o que prevalece na escolha dos cursos é o critério econômico?

Será que a nova proposta da diretoria do 2º grau da Secretaria do Estado de Educação contribuirá para que se definam novos rumos para o ensino de 2º grau? Ou será que ela não está levando ao sistema dual de ensino, anterior a 5692/71?

RELAÇÃO DE ESCOLAS E CURSOS DO ENSINO DE 2º GRAU, DE MINAS GERAIS DE 1890 a 1986

ANO DE CRIAÇÃO AUT. OU RECONH.	ESCOLAS OU CURSOS	LOCALIDADE
1890	E. E. Prof. Soares Ferreira E. E. Gov. Milton Campos	Barbacena Belo Horizonte
1893	E. Emb. José Bonifácio	Barbacena
1897	E. E. Plínio Pinheiro	Montes Claros
1906	Instituto de Educação	Belo Horizonte
1920 - 1929	Magistério C. Sec.	10 01
1930 - 1939	Magistério Téc. Leite e Derivados	07 01
1940 - 1949	Magistério C. Sec.	02 01
1950 - 1959	Magistério C. Sec. Téc. Mecânica	05 14 01
1960 - 1969	Magistério C. Sec. Téc. Contabilidade Aux. Secretária	105 64 29 01
	Total.....	242
1970 - 1979	Magistério Téc. em Eletrônica Téc. em Mecânica Téc. em Secretariado Auxiliar de Escritório Téc. em Contabilidade Lab. Análises Clínicas Aux. Insp. Carnes e Derivados Aux. Insp. de Leite e Derivados Aux. de Contabilidade Desenhista Mecânico	18 03 03 03 07 13 07 03 03 07 03
	Total	70

ANO DE CRIAÇÃO AUT. OU RECONH.	ESCOLAS OU CURSOS	LOCALIDADE
1980 - 1986	Magistério	237
	2º Grau s/ Habilitação	133
	Téc. em Contabilidade	145
	Téc. em Agropecuária	17
	H. B. Agropecuária	13
	Téc. em Mecânica	07
	Téc. em Secretariado	07
	Ass. Administração	07
	Téc. em Agricultura	07
	H. B. Mecânica	07
	H. B. Administração	06
	H. B. Construção Civil	07
	Aux. Téc. Mecânica	06
	Aux. Patologia Clínica	06
	H. B. Saúde	05
	Téc. em Química	01
	Aux. Lab. Análise Química	01
	H. B. em Crédito e Finanças	01
	Téc. em Edificações	02
	Téc. em Eletrônica	01
	Téc. em Telecomunicações	01
	Téc. em Enfermagem	02
	Téc. em Alimentos	01
	Aux. de Adubação, F. e Rações	01
	Total	690

FONTE: Documento fornecido pela Secretaria de Estado da Educação - Diretoria do Ensino de 2º Grau.

CAPÍTULO IV

CARACTERIZAÇÃO DE POÇOS DE CALDAS

Aspectos Econômicos:

Entre as demais atividades têm predominância na economia municipal as diversas indústrias, o turismo e a agropecuária.

As principais indústrias do Município são:

ALCOA - Metalúrgica de Metais não ferrosos.

CELANESE DO BRASIL - Fibras Químicas e Filamentos.

FERTILIZANTES MITSUI - Fabricação de Fertilizantes de Adubos e Corretivos de Solo.

CASA EXPORTADORA NAUMANN GEPP - Comércio e Exportação de Café.

MINERAÇÃO CURIMBABA LTDA - Extração de Minério

MINEGRAL - Cia Brasileira de Mineração, Indústria e Comércio de Minério.

CERÂMICA TOGNI - Indústria e Comércio de Materiais Refratários.

LPC - Indústrias Alimentícias S.A. - Pasteurização de Leite e Fabricação de Laticínios.

PRODUTOS ALIMENTÍCIOS MILKTEX - Indústria e Comércio de Doces e Chocolates.

FRIGORÍFICOS:

NOSSA SENHORA DA SAÚDE - Abatedouros de Bovinos e Suínos e Fabricação de Frios.

TAMOYO LTDA - Abatedouros de Bovinos e Suínos e Fabricação de Frios.

INDÚSTRIA PRADOLUX LTDA - Fábrica de Acessórios Elétricos para Veículos.

Para atender ao turismo local Poços de Caldas conta ainda com uma indústria hoteleira composta por 60 (sessenta) Hotéis e 5 (cinco) Pensões.

Embora a cidade possua indústrias de mineração e uma rede considerável de hotéis e ainda sendo o turismo uma das fontes de riqueza, as escolas não oferecem cursos de 2º grau destinados a preparar especificamente mão-de-obra para essas profissões. Possivelmente por não ser exigência das indústrias a mão-de-obra qualificada para exercer atividades neste campo de trabalho.

Na década de 70, uma das escolas particulares ofereceu o curso de turismo, o qual teve curta duração por ser pouco procurado pelos alunos. Isto nos leva a constatar que o turismo é uma fonte de riqueza, mas que não gera empregos diretamente relacionados com ele, pois não exige pessoal qualificado para a sobrevivência.

Aspectos Culturais:

A cidade possui 4 (quatro) jornais diários, 3 (três) Rádios F. M., sendo uma Municipal de caráter educativo; 2 (duas) Rádios A. M., 1 (um) Conservatório Municipal de Música; cursos de 1º e 2º graus ministrados em escolas públicas, municipais e particulares, e ainda o 3º grau, contando com as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, Administrativas e Engenharia Civil.

De acordo com o Censo Demográfico de 1980, o último realizado, podemos constatar o número de crianças alfabetizadas e não alfabetizadas de 7 a 14 anos (Quadro 2).

Nas idades entre 9 e 14 anos, a população alfabetizada apresenta uma porcentagem acima de 90%.

Na idade de 7 anos a porcentagem de crianças não alfabetizadas é maior do que a alfabetizada, provavelmente por ser esta a idade em que as crianças ainda estão cursando o 1º ano escolar.

Podemos constatar pelos dados colhidos que Poços de Caldas possui entre a idade de 7 a 14 anos um alto índice de crianças alfabetizadas.

Reverendo a documentação do IBGE podemos ainda constatar que no Censo de 1980 Poços de Caldas contava com uma população de 76.626 maior de 5 anos, dos quais 63.178 alfabetizadas, sendo 13.448 não alfabetizadas.

Pelo Quadro nº 3, vemos que em 1985 concluíram o 1º grau nas Escolas Estaduais 407 alunos e que em 1986 as duas escolas da rede estadual que ofereciam o 2º grau contaram com uma matrícula de 491 alunos, sendo que está foi superior ao número de concluintes de 8ª série nessa rede; em 1986, 490 alunos concluíram o 1º grau na rede estadual e a matrícula no 2º grau foi inferior ao número de concluintes de 1º grau.

Na rede particular em 1985, 299 alunos terminaram a 8ª série e a matrícula no 2º grau em 1986 foi muito superior ao número de concluintes do 1º grau, o mesmo acontecendo em 1987, quando ingressou no 2º grau um número maior de concluintes em comparação com o 1º grau.

Na Escola Municipal há quase um equilíbrio entre o número de concluintes do 1º grau com o número de matrículas no 2º grau, tanto em 1985/1986 como em 1986/1987.

A matrícula na rede Estadual de Ensino de 1º grau é superior à da rede particular; no 2º grau a situação é invertida: a rede particular apresenta uma matrícula maior que a rede estadual, além de um número superior de escolas. (QUADRO 4)

Em relação ao nível do curso oferecido pelos docentes, falam sobre o que deveria ser feito para melhorar o ensino e a necessidade de "reciclagem para o professor", tornando a ser reafirmado:

- Melhoria de salário para o professor;
- Reciclagem para o professor;
- Reformulação do currículo.

A insatisfação da classe, provocou um fato inédito nas escolas particulares de Poços de Caldas. Todos os professores dessa rede de ensino aderiram em massa a uma greve, realizada no 2º semestre de 1986 em protesto ao congelamento de seus salários. A hora aula estava sendo paga entre Cz\$ 10,00 a Cz\$ 18,00 no 1º grau das escolas locais; apesar das ameaças de demissão a greve durou 22 (vinte e dois) dias. Entretanto, a greve foi considerada ilegal e os professores voltaram a trabalhar descontentes, humilhados e com o mesmo salário.

Dois professores, nos seus depoimentos, nos falam de suas insatisfações:

"Hã 13 (treze) anos trabalho neste colégio. Durante doze anos esta escola conseguiu expandir-se e hoje possui 4 (quatro) prédios. Nunca pensaram em repartir conosco os lucros. Agora, com o congelamento das mensalidades, querem socializar os prejuízos. É sempre o professor subsidiando a educação..."

(Prof. da Escola Instituto Educacional São João da Escôcia)

"...Hã 23 anos espero... e desculpe-me mais esta franqueza, não acredito que possa melhorar; o mestre é o semeador de esperança e as minhas já estão no fim".

(Prof. da Escola Instituto Educacional São João da Escôcia)

O professor pede desculpas por não poder semear esperanças... expressando a concepção do magistério como "sacerdócio", onde sô os sentimentos "nobres" podem estar presentes. Isto faz com que o professor se sinta culpado por começar a desacreditar da profissão, ele se vê como responsável em semear esperança, amor, carinho...

O professor assume o papel que a sociedade lhe impõe e teme possivelmente ser considerado pelos pais e outras pessoas um "mercenário" nas suas lutas para o aumento de salário; estas lutas estão sempre ligadas a outras, tais como: "melhoria da merenda escolar para as crianças; reforma agrária; o salário aparece supostamente como uma reivindicação de idêntico valor às outras que o levam à greve".

A melhoria das condições técnico-pedagógicas é uma das mais frequentes e a preocupação com a "Reciclagem do Professor" demonstra que o mesmo não está acomodado em apenas ter um emprego; ele se preocupa com a sua profissão e formação cultural e quer atualizar-se. A impossibilidade do professor de se reciclar está relacionada com a sobrecarga de trabalho que lhe é imposta, havendo falta de incentivos por parte das autoridades.

O ideal da reforma, do ponto de vista filosófico, foi a "democratização do ensino", a qual seria feita igualando os currículos do ensino de 2º grau, tornando-os profissionalizantes. Com a profissionalização daquele ensino pretendia-se abolir o ensino elitista e dar a todos os jovens oportunidades "iguais", porque haveria um só tipo de ensino de 2º grau, levando às alterações no currículo, conforme proposto inicialmente. Com a Lei 7044/82, torna-se opcional o ensino profissionalizante, não sendo mais consagradas as expressões "educação geral" e "formação especial"; após a vigência dessa lei, é implantado nas escolas o "Curso Colegial", não profissionalizante. Observando-se seu currículo, percebemos que seu modelo é o antigo científico, pois os próprios pais já chamam o colegial de curso científico.

O atual ensino de 2º grau não vem cumprindo as suas funções, quais sejam, a de preparar profissionais e de proporcionar formação geral adequada para que os alunos possam continuar os seus estudos. Vemos que a democratização do ensino, não se realiza, igualando os currículos; provavelmente ela deveria começar com a distribuição dos benefícios sociais, visando diminuir as desigualdades marcantes entre as classes. A reformulação dos currículos poderá ser feita numa tentativa de inter-relacionar a teoria e a prática, mas será que acaba com a dicotomia entre o pensar e o fazer?

A universidade é o local onde se formam profissionais que atuam no ensino de 1º e 2º graus. A reformulação do ensino superior é o item mais frequente nas sugestões dos professores, que consideram a

mudança nos cursos universitários uma das soluções prováveis para a melhoria do ensino de 2º grau.

A participação dos professores, a troca de experiências e maior entrosamento entre a direção e professores, são outros caminhos apontados para a maior eficiência da atuação do professor no trabalho educacional.

A precariedade das escolas foi apontada, não só pelos alunos como também pelos professores. Isto nos leva a crer que nem todas as escolas estão bem equipadas para oferecerem cursos profissionalizantes de boa qualidade, legitimando a afirmação dos alunos em relação ao maior número de aulas mais teóricas que práticas.

Mesmo com essas deficiências, os cursos profissionalizantes continuam sendo mais procurados, provavelmente por razões já apontadas pelos professores: os alunos querem prosseguir os estudos e para custeá-los precisam trabalhar. Podemos ainda dizer que a incerteza do sucesso no vestibular os levam a procurarem cursos que lhes dêem uma profissão.

2.3 Questões e Opiniões dos Professores em Relação à Lei 5692/71, Frente à Realidade Atual:

"O objetivo da reforma é atender à classe dominante, a lei esconde a realidade aparentando atender a todos".

(Prof. da Escola J. M. J. e I. E. S. J. E.)

"A escola técnica prepara mão-de-obra barata para o mercado de trabalho, fortalecendo o sistema capitalista através do trabalho qualificado".

(Prof. da Escola J. M. J., Escola Profissional D. Bosco e Colégio São Domingos)

"Não houve mudanças significativas para melhorar o nível do ensino".

(Prof. Colégio Municipal, Colégio J. M. J. e Colégio São Domingos)

Os professores percebem que democratizar a escola, fazer mudanças significativas no ensino, não se limita a mudar as leis que regem o ensino. Profissionalizar o ensino de 2º grau não significa quebrar as barreiras que impedem os jovens da classe dominada a frequentarem a escola. As dificuldades continuam existindo e foram apontadas pelos alunos: *horários apertados, oficinas precárias, dificuldades financeiras, etc.* "O que é essencial num sistema de ensino é que este não esqueça o povo, suas necessidades reais..."⁷.

Com o objetivo de profissionalizar o aluno de 2º grau, a nova lei acabou provocando uma crise no ensino de 2º grau. A profissionalização é deficiente e foram suprimidas do currículo matérias, como por exemplo a filosofia, contribuindo para uma educação deficitária que leva o jovem a não perceber os problemas da sociedade em que vive.

A nova Lei de Diretrizes e Bases de Educação, condicionou a oferta de habilitações às necessidades do mercado de trabalho (Art. 5º § 2º) supondo uma validade e viabilidade de se fazerem levantamentos necessários e periódicos com a finalidade de adequar a escola, ou melhor, os cursos com os interesses do mercado de trabalho⁸.

Com o tempo verificou-se a impossibilidade de organizar um ensino de 2º grau profissionalizante tendo em vista as necessidades do mercado de trabalho, pois "as relações entre escola e mercado de trabalho não são simples e nem unidirecionais envolvendo três fatores estreitamente correlacionados em sua influência sobre o currículo:

- as demandas do sistema econômico;
- as aspirações e as expectativas dos interessados;
- a cultura institucional da escola"⁹.

Entretanto isto não quer dizer que a relação entre educação e trabalho seja impossível ou inexistente. O aumento de produtividade de uma empresa depende não só da introdução de uma nova tecnologia, do desenvolvimento da produção, como também, de mão-de-obra qualifica-

⁷ GADOTTI, Moacir, EDUCAÇÃO E PODER, INTRODUÇÃO À PEDAGOGIA DO CONFLITO -

⁸ CURY, Carlos Roberto Gamil et alii. - op. cit. p. 28

⁹ ROSSI, Wagner, CAPITALISMO E EDUCAÇÃO - p. 41

da através de cursos regulares nas escolas ou de cursos oferecidos pelo SENAI.

Segundo depoimento do Engenheiro chefe do setor de manutenção da ALCOA, este dá preferência a pessoas com habilitação técnica em eletrônica e eletrotécnica em cursos a nível de 2º grau com alguma experiência para exercer função compatível com a sua formação.

3. CONCEPÇÕES E OPINIÕES DOS DIRETORES EM RELAÇÃO AO ENSINO DE 2º GRAU

Os diretores, na entrevista, apresentaram suas opiniões sobre os seguintes aspectos:

- Mudanças significativas que vivenciaram no decorrer de sua carreira profissional;
- Cursos implantados nas escolas após a Lei 5692/71 e demanda dos cursos;
- Reformas atuais de ensino e política sócio-econômica.

3. Concepções e Opiniões dos Diretores em Relação ao Ensino de 2º Grau:

Quanto à questão sobre as mudanças significativas vivenciadas pelos diretores foram citadas:

- A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 5692/71;
- Lei 4024/61;
- Reforma Capanema;
- Reforma Francisco Campos.

Três diretores não são responderam à questão, como também apresentaram críticas. Um deles ressaltou os motivos que o levam a considerar a Reforma Francisco Campos, como a mais significativa das reformas "... por ter modificado toda a estrutura do ensino brasileiro, definindo os objetivos do ensino superior e estabelecendo as funções do ensino médio".

Francisco Campos foi ministro da Educação, o primeiro ocupante do Ministério da Educação e Saúde Pública. Sua ação se fez sentir através da reforma que levou o seu nome e se efetivou através de vários decretos.

Foi a primeira reforma imposta a todo o território nacional. Ela deu uma estrutura orgânica ao ensino secundário, comercial e superior. Estabeleceu no ensino secundário o currículo seriado, a frequência obrigatória, dois ciclos - um fundamental de 5 (cinco) anos e outro complementar de 2 (dois) anos. O primeiro tornou-se obrigatório para o ingresso em qualquer escola superior e o segundo para determinadas escolas. O ciclo complementar compreendia um certo grau de especialização, como curso preparatório para ingresso nas Faculdades de Direito, Ciências Médicas e Engenharia. O ciclo fundamental dava uma formação básica geral, e o curso complementar se estruturou como um curso propedêutico. O ensino secundário continuou tendo um caráter elitista. *"O currículo enciclopédico, aliado a um sistema de avaliação extremamente rígido, controlado pelo poder central, exigia com acentuado exagero um número excessivo de provas e exames. Era um processo altamente seletivo"*¹⁰.

Quanto ao ensino profissionalizante, a reforma só cuidou do ensino Comercial, o qual não tinha nenhuma articulação com o ensino secundário e não dava acesso ao curso superior. Em consequência, a demanda social da educação foi direcionada para o ensino acadêmico, menosprezando o ensino profissionalizante.

Quanto aos ensinos primário e normal, como os demais ramos de ensino profissionalizante, ficaram à margem da reforma.

A preocupação da reforma "Francisco Campos" foi dar organicidade ao sistema educacional das elites como obrigatoriedade de se prestar o exame de admissão para passar do curso primário para o médio, exigindo-se nesse exame conhecimento que não faziam parte do currículo da escola primária, contribuindo desta forma para a seletividade, o que nos demonstra a pouca importância com que era tratado esse sistema.

Num período em que o país despertava para a industrialização, o ensino técnico industrial nem sequer foi mencionado na reforma.

¹⁰ ROMANELLI, Otáiza - op. cit. p. 139

A reforma perdeu a oportunidade de sistematizar o ensino profissionalizante e continuou com a mesma concepção liberal aristocrática, encaminhando a elite para as carreiras liberais.

A reforma "Gustavo Capanema", consistiu em uma série de decretos, os quais reformularam alguns ramos do ensino. Essas reformas iniciaram-se no Estado Novo e tomaram o nome de Leis Orgânicas do Ensino, abrangendo o ensino primário e todos os ramos do médio.

Três decretos organizaram o ensino técnico profissional: Decreto Lei Nº 4073 - Ensino Industrial; Decreto Lei Nº 9613 - Ensino Agrícola. Os cursos foram organizados em dois ciclos: um fundamental, geralmente de 4 (quatro) anos e outro técnico de 3 a 4 (três a quatro) anos. O Decreto Lei Nº 4244 cuidou do ensino secundário, o qual ficou assim estruturado: 1º ciclo ginásial com 4 séries; 2º ciclo com 3 séries, subdividido em Clássico e Científico. O caráter humanístico dos currículos no 2º ciclo, prevalecia mesmo no curso chamado científico. Este ensino só tinha como objetivo preparar para o curso superior e continuou a existir como educação de classe.

Esta reforma era uma ponte de mão única: os alunos do antigo curso ginásial tinham acesso a qualquer ramo dos cursos profissionalizantes do 2º ciclo e aos provenientes dos cursos básicos profissionalizantes só tinham acesso aos cursos afins.

A reforma Gustavo Capanema reflete um momento contraditório do período histórico em que ela foi promulgada. De um lado ela se fundava nos princípios do populismo nacionalista e facista e do outro ela retrocedia privilegiando a educação classista voltando o curso secundário para a preparação das lideranças e mantendo o seu conteúdo acadêmico humanista.

Na entrevista, dois diretores, ao mencionarem a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 5692/71, teceram algumas críticas sobre a mesma:

1º) "A Reforma do ensino, foi efetivada no período do milagre brasileiro, que durou 3 ou 4 anos. O ensino foi essencialmente voltado para o trabalho. O país pôs a escola no jogo da indústria. A escola passou a existir mais em função do mercado de trabalho do que como função de educação. Só pela educação um povo

pode se libertar. Nós temos as leis arbitrárias, para moldar o povo de acordo com as necessidades do governo".

29) "A reforma de 71, está ligada ao regime econômico que veio após 64. A partir de 64, o país entrou na órbita do capitalismo monopolista internacional, o que significa uma abertura das fronteiras para o capital estrangeiro. Para atender ao sistema, precisava-se de técnicos para o mercado de trabalho. Não podemos dissociar a questão do ensino do sistema econômico. A educação está ligada ao tipo de modelo econômico".

Com a nova lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Nº 5692/71, o ensino de 2º grau, destinado até então a preparar candidatos aos cursos superiores, passou a ter uma terminalidade e a formar técnicos. A profissionalização do ensino de 2º grau tornou-se compulsória.

Os diretores, através do seu discurso, nos mostram a relação da política econômica após 64 com a educação voltada para o atendimento do setor industrial.

O objetivo primordial da educação passou a ser a qualificação para o trabalho, com a finalidade de ampliar a capacidade das indústrias. A educação passa a ser, na órbita do capital monopolista, o instrumento de que se vale a classe dominante para incutir a sua ideologia "desenvolvimentista", mantendo a ordem vigente no país. "Slogans", como "vamos repartir o bolo", "vamos encher a panela do povo", "este é um país que vai pra frente", transmitia ao povo uma idéia que o desenvolvimento tinha chegado e que o "milagre brasileiro" acontecia para todos.

As escolas acadêmicas viram-se obrigadas a oferecer cursos profissionalizantes, mesmo em situações precárias.

A proposta de uma educação voltada para o desenvolvimento econômico foi encampada não só por parte da elite econômica ligada à área pedagógica, mas principalmente pelos planejadores da educação¹¹.

¹¹ Cf. ROSSI, Wagner, CAPITALISMO E EDUCAÇÃO - pág. 62

A educação é vista como mediadora na solução dos problemas sócio-econômicos; acreditava-se que a escola poderia formar mão-de-obra especializada, que atuaria nas empresas de maneira eficaz, aumentando a sua produção e conseqüentemente estariam resolvidos os problemas do subdesenvolvimento e desigualdades: "o nosso progresso daqui por diante dependerá em grande parte, dos recursos que forem destinados ao sistema educacional e da produtividade que se fizerem conseguir de tais recursos"¹².

A crença de que a distribuição melhor de renda está relacionada com o aumento dos níveis de escolarização, está presente não só na fala de alguns economistas, como também na clientela que procura a escola, mesmo que a realidade vivida seja contraditória, pois o que se presencia é o desenvolvimento de uma política econômica que penaliza a classe média e trabalhadora e concentra a renda nas mãos de poucos. E ainda podemos perceber que a desigualdade discrepante da distribuição de rendas do país se repete na educação: quem tem melhores condições econômicas tem possibilidades de obter maior nível de escolarização e de melhor qualidade. A profissionalização compulsória do ensino de 2º grau, baseada apenas na crença da necessidade de técnicos, ocasionou um número de trabalhadores qualificados excedentes, a demanda tornou-se maior que a oferta, obrigando o trabalhador a aceitar salários mais baixos e a exercer funções não compatíveis com a sua habilitação. A demanda exagerada de mão-de-obra qualificada leva à desvalorização do próprio trabalhador"¹³.

No discurso de um dos diretores, percebemos presente em suas palavras o "entusiasmo pela educação" vigente nos anos 20 (vinte) quando diz: "são pela educação um povo pode se libertar"; ele atribui à educação um papel primordial na correção das distorções sociais, como se ela tivesse autonomia de promover, igualar e integrar o indivíduo na sociedade. Ao mesmo tempo ele se contradiz quando diz que a educação, no período do milagre brasileiro, passou a existir em função do mercado de trabalho, dirigido para as indústrias; se a economia passou a direcionar o destino do nosso ensino escolar, a educação por si só não pode desenvolver uma ação libertadora, uma vez que economia,

¹² SIMONSEN, M. H. BRASIL 2002 - In ROSSI, W. G. CAPITALISMO E EDUCAÇÃO - p. 63

¹³ Cf. ROSSI, Wagner - op. cit. p. 52

como também a política são fatores que interferem na organização do nosso sistema escolar.

Um dos diretores, ao citar a Lei 7044/82, faz um comentário em relação à maior abertura que houve, tornando-se opcionais os cursos profissionalizantes. Na pesquisa por nós realizada, observou-se que o curso colegial foi implantado nas escolas que oferecem cursos de 2º grau, com exceção de três delas, cujos cursos são essencialmente profissionalizantes. Em uma delas, embora o curso colegial tenha sido acrescentado, segundo o diretor, o de contabilidade continua sendo o mais procurado. Nesta escola como em outras duas os cursos de 2º grau, sã funcionam à noite e a clientela que a procura já está trabalhando e possui poder aquisitivo menor, podendo ser este um fator responsável pela procura dos cursos profissionalizantes.

Outro diretor fez a seguinte observação: *"As leis são boas, mas temos queixas daqueles que fazem as leis, que se isolam no seu castelo, que impõem uma ditadura intelectual, sem ouvir os educadores que estão diretamente ligados à escola"*.

Este diretor separa as leis do legislador. Percebemos uma ambiguidade na fala do diretor, pois acreditamos que, se quem faz as leis são os legisladores ou grupos de trabalho contratados pelos dirigentes, então elas refletem o pensamento destes ou daqueles que estão no poder; os legisladores são escolhidos para legislar segundo os interesses destes, portanto, a lei não existe separada do momento histórico em que ela acontece, ela é produto do pensamento do legislador e da classe hegemônica.

As leis sempre são planejadas nas quatro paredes dos gabinetes; a distância entre o seu discurso e a realidade do nosso sistema de ensino levam a constantes alterações ou a novas legislações.

3.1 Relação dos Cursos Implantados Após a Lei 5692/71, Segundo o Relato dos Diretores:

Três escolas em Poços de Caldas já ofereciam cursos profissionalizantes antes de vigorar a Lei 5692/71 e em duas destas o Magistério era um curso tradicional.

Assim, antes da Lei 5692/71 nas escolas da cidade já existiam os cursos de:

- Contabilidade
- Magistério
- Química
- Eletrônica
- Eletrotécnica
- Mecânica
- Desenho de Instalações

3.2 Cursos Instalados nas Escolas após a Implantação da Lei 5692/71:

- Instituto Educacional São João da Escócia:
 - . Patologia Clínica
- Colégio São Domingos:
 - . Turismo e Desenho Publicitário
- Colégio Jesus Maria José:
 - . Secretariado e Estudos Adicionais com especialização no pré-escolar
- Colégio Pio XII:
 - . Assistente em Administração
- Colégio Municipal:
 - . Edificações, Topografia e Agrimensura

Atualmente, alguns cursos foram eliminados dos currículos das escolas como exemplo pode-se citar: "No Inst. Ed. São João da Escócia não existe mais o curso de Contabilidade; no Colégio São Domingos foram excluídos o Curso de Turismo e Desenho Publicitário e voltou o curso de Magistério; no Colégio Municipal foi acrescentado o curso de Contabilidade e continua o curso de Edificações sendo que os demais foram excluídos. O primeiro curso de 2º grau da rede estadual instalado na cidade foi em 1984, na Escola David Campista, que oferece os cursos de Magistério e Colegial. Em 1986, novos cursos de 2º grau foram instalados na Escola Polivalente, funcionando neste ano o 1º básico, e em 1987 iniciou os cursos de Técnico em Enfermagem e Alimentos.

Outros cursos profissionalizantes foram instalados em 1987: no Colégio Pio XII - Processamento de Dados; na Escola Profissional D. Bosco - Informática. Está em estudo a implantação de um curso de Computação a nível de 2º grau, o qual funcionará na Autarquia Municipal de Ensino, junto das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, Administração de Empresas e Engenharia.

Os diretores apontaram como fatores determinantes para a escolha desses cursos:

- Pesquisa do mercado de trabalho, ressaltando entretanto, que esse oscila de acordo com as modificações na economia;
- Pesquisa realizada entre os alunos, que mostra interesse em cursos da área terciária;
- Outro estabeleceu como motivo para a escolha o atendimento do Art. 2º da Lei 5692/71 e por serem cursos mais econômicos.

O diretor do Colégio Municipal apontou uma razão político-partidária para a escolha do curso: uma lei municipal determinou que esta escola não deveria oferecer cursos que as escolas particulares já ofereciam. Hoje a lei foi revogada e foram implantados mais dois cursos na escola: Colegial em 1984 e Contabilidade em 1985, os quais, segundo o diretor, foram escolhidos pelos alunos.

Um dos diretores considera como motivo para a escolha dos cursos um estudo feito das necessidades da cidade, as quais apontam 4 (quatro) opções que certamente são básicas na evolução industrial no mundo: Desenho Técnico, Eletrotécnica, Mecânica e Informática.

Segundo afirmação da diretora da escola estadual, foram implantados os cursos Colegial e Magistério. O primeiro por seguir uma orientação da Secretaria da Educação, determinando escolher um curso com os conteúdos voltados para a preparação para o trabalho sem oferecer uma qualificação. O segundo, de Magistério, uma vez que a escola já possuía o 1º grau de 1.ª a 4.ª série. Ela ainda acrescentou: "Aqui a professora terá oportunidade de estar em contato com a criança desde a entrada até a saída dos alunos".

Nesta escola não se oferece o 1º grau da 5.^a à 8.^a série. Conforme in-
formação colhida na 19.^a D.R.E. a implantação do ensino de 2º grau
nesta escola se deve a dois fatores: por ser ela uma escola central,
podendo assim atender a diversos bairros, e por possuir espaço ocio-
so. Como próximo à ela funciona outra Escola Estadual que oferece
o 1º grau de 5.^a a 8.^a série, não há necessidade de extensão de sê-
ries naquela escola.

Como o Magistério é um curso essencialmente feminino e o Colegial
não oferece uma qualificação específica, o diretor nos relatou que
após o 1º básico muitos alunos (não foi especificada a porcentagem)
pediram transferência para continuarem os estudos nos cursos profis-
sionalizantes. Sua opinião é que: "A escola deve dar ao aluno o sa-
ber pelo saber, prepará-lo para a vida, para que ele tenha uma for-
mação humanística que lhe permita assumir qualquer cargo". Não fi-
cou claro como será realizada a preparação para o trabalho no curso
Colegial, conforme exigido pela Lei 7044/82; todavia, pelo discurso
do diretor, supomos que esse não é um curso que seja do interesse
de todos que procuram a escola. Provavelmente por ter a clientela
que procura a escola estadual menor poder aquisitivo, o curso pro-
fissionalizante lhe parece mais próximo de suas necessidades, uma
vez que adquirir uma qualificação compatível com a profissão que e-
xerce ou que pretende exercer é almejado por ela. É a chance de me-
lhoria, já que a Universidade lhe parece algo distante, incompatí-
vel com os seus recursos financeiros.

O currículo humanístico permeou a nossa educação desde os jesuítas;
o pensamento do diretor vem ao encontro da tradição brasileira que
procura destinar ao ensino secundário a função de transmitir aos jo-
vens a cultura geral, sem se preocupar com a formação técnica, mes-
mo que o curso não atenda às aspirações dos alunos, levando-os a
procurar outros cursos.

A efetivação da preparação para o trabalho integrada no currículo
pleno das escolas, tem sido a parte nevrálgica da Lei 7044/82, dan-
do margem à volta ao sistema dual de ensino, privilegiando os cur-
sos chamados colegiais, em detrimento aos cursos profissionalizan-
tes.

A Lei 7044/82, não esclarece como se fará esta integração da educa-
ção com o trabalho. Sabemos que a sua pretensão é não vincular a di-
mensão do trabalho à qualificação profissional; na prática o que

vem acontecendo é o funcionamento dos cursos colegiais nos moldes do antigo científico ou então a qualificação para o trabalho em cursos profissionalizantes.

3.3 Cursos Mais Procurados:

Conforme o relato de um dos diretores, a demanda dos cursos sempre obedece a períodos instáveis. Há uma oscilação na procura dos cursos, os quais dependem do momento econômico que estamos vivendo.

Nesta escola a maior procura é pelo curso de Química que, segundo o diretor, é um colegial enriquecido com conteúdos, com a finalidade de preparar para o vestibular de Ciências Exatas. Nos outros cursos profissionalizantes a demanda também é significativa.

Nesta escola, há uma concentração maior de alunos, no curso de química que possuem melhor poder aquisitivo, razão provável para uma procura acentuada de um curso que profissionaliza ao mesmo tempo que prepara para o vestibular.

A relevância dessa declaração vem ao encontro da afirmação de Cunha¹⁴ ao mencionar que as camadas médias não aceitam facilmente e espontaneamente o estreitamento do canal de ascensão; o curso de Química tem os aspectos formais profissionalizantes e ao mesmo tempo desempenha uma função propedêutica. Os alunos que o procuram aspiram à Universidade, ponto culminante de sua ascensão social.

Nas escolas que oferecem o Magistério, há uma equivalência entre a matrícula deste curso com o Colegial.

A Escola Profissional D. Bosco, teve início com o curso primário e em seguida implantou o Ginásio Industrial. Hoje esta escola oferece cursos de 2º grau essencialmente profissionalizante, como os cursos de Mecânica, Eletrotécnica e Informática que são os mais procurados. O curso de Informática teve início em 1987 e tem uma matrícula significativa. Conforme depoimento do diretor é um curso que está sendo muito procurado, mas valoriza também a parte prática, qual seja, execução, montagem, organização e manutenção de computadores.

¹⁴ Cf. CUNHA, Luís Antonio, *op. cit.* p. 127

Ainda o diretor nos relatou as suas dificuldades para conseguir autorização do Conselho Estadual de Educação para a instalação do curso de Informática, uma vez que não consta a nomenclatura deste nos cursos catalogados por esse órgão.

O curso de 2º grau nessa escola só funciona no período noturno, embora o diretor seja contrário ao funcionamento da escola técnica à noite, porque, conforme suas palavras, o aluno já vem cansado do trabalho e não tem tempo de estudar, mas é esse o único horário que o aluno pobre tem para se dedicar aos estudos, por falta de disponibilidade durante o dia. A escola se adaptou à realidade dos alunos, os quais estão na faixa etária de 17 (dezesete) a 50 (cinquenta) anos. Todos os alunos trabalham, uma parte em ocupações afins com o curso que estão fazendo, outros não; a escola não possui uma estatística sobre a ocupação dos alunos.

No Colégio Municipal o curso profissionalizante mais procurado é o de Contabilidade, o qual possui 150 (cento e cinquenta) alunos, vindo em seguida o Colégial, e, por último, Edificações.

Quanto à absorção dos técnicos no Mercado de Trabalho, as escolas não possuem dados concretos sobre o assunto. Apenas dois diretores se pronunciaram a respeito. Um deles considera que essa absorção depende não de uma melhor ou pior profissionalização, mas da necessidade do mercado de trabalho. Ele ressalta que a 5692/71 diluiu muito os conteúdos de cultura geral, ao mesmo tempo que prejudicou a formação específica dos cursos técnicos.

Essa escola já oferecia cursos técnicos, antes da 5692/71, embora não fosse uma escola essencialmente profissionalizante. Entretanto não se pode traçar um paralelo entre a absorção dos técnicos anteriormente à Lei 5692/71 e após esta. Pelo discurso do diretor, o que podemos perceber é que, para ele, a indústria não questiona a qualidade do curso, e que a absorção dos técnicos está ligada à necessidade do mercado de trabalho do momento; ao mesmo tempo, ele não deixa de ponderar que os cursos profissionalizantes ficaram prejudicados, após a reforma de 1971, a qual diluiu os conteúdos de cultura geral dos cursos de 2º grau, sem contudo oferecer uma profissionalização eficaz nos cursos técnicos.

Já outro diretor, embora não possua dados precisos, acredita que muitos alunos não estão em trabalhos compatíveis com a sua habilitação. Muitos formandos em Química ou Eletrônica estão trabalhando em bancos, casas comerciais e escritórios e ainda acrescenta: "Numa cidade pequena que oportunidade vão ter? Se uma indústria quer um torneiro, vão optar por um torneiro que já é empregado na indústria, dando-lhe um treinamento".

As declarações do diretor vem ao encontro da afirmação de Brandão¹⁵, a qual constatou que muitas indústrias preferem contratar pessoas concluintes do 1º grau, as quais são treinadas para exercerem funções de acordo com as necessidades da indústria. Não podemos considerar tal afirmação como regra geral para todas as indústrias, uma vez que, como já foi dito anteriormente, um dos engenheiros da ALCOA disse que na sua seção exige-se o 2º grau, dando preferência ao jovem com habilitação específica para a função que irá exercer.

3.4 Reformas Atuais de Ensino e a Política Sócio-Econômica:

Sobre essa questão, vale a pena transcrever integralmente o depoimento de alguns diretores:

"Há uma miscigenação atualmente entre a dinâmica muito diversificada dos objetivos propostos nas Leis 5692/71 e 7044/82. Seria preferível o retorno às Leis Orgânicas específicas para cada curso, com maior abertura, ou então colocar o ensino profissionalizante depois de um curso de 2 (dois) anos de cultura geral".

"As reformas de ensino sempre tiveram como pressuposto básico o ideal e não a realidade política social e econômica da nação brasileira. Daí as sucessivas reformas que não chegam geralmente a ter na maioria das vezes mais de duas décadas de duração. A excessiva centralização das decisões e a falta de recursos para a educação são pontos que devem merecer atenção por parte dos nossos constituintes".

¹⁵ BRANDÃO, Zaia - FORMAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA NA EMPRESA, ESTUDO DE UM CASO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL BÁSICA - p. 53

"As alterações ocorridas na 5692/71 pela 7044/82, atendem mais o contexto social; porém o ensino continua em crise. Só uma reestruturação social e econômica poderá melhorar a situação, porque a educação reflete o que se passa na sociedade; se está em crise a educação também estará".

"A escola tem que ser estruturada de acordo com a realidade, olhar as disparidades regionais. A escola está fora da realidade, ela tem que se democratizar. O melhor para se discutir a escola é ouvir os pais e alunos. A lei não deve ser imposta de cima para baixo. A lei deve nascer de baixo para cima; é preciso a presença da comunidade na escola".

"Deveria haver um intercâmbio entre o mundo do trabalho e a escola, sem haver necessidade de cursos profissionalizantes. Os alunos devem trabalhar também com as mãos, é o que estamos fazendo com as crianças do primário".

"Entretanto, se os nossos alunos sentirem necessidade de cursos profissionalizantes, como por exemplo, computação, nós caminharemos para isto. Estamos nos distanciando muito da nossa realidade, alta tecnologia produz desemprego. É importante ter um momento de reflexão na Constituinte voltado essencialmente para a educação".

"Precisa mudar tudo que já foi feito. No curso de 1º grau deve ser expurgado o que não está de acordo com a realidade. No 2º grau deve ser feita uma triagem. Não quero a exclusão do aluno pobre da escola, mas daquele que não têm condições intelectuais para cursar o 2º grau.

Esta triagem poderá ser feita com o curso de admissão de antigamente. Deve ser estabelecido um programa comum para todo o Brasil. Devemos ter um clássico, o científico para que o aluno que queira continuar os estudos tenha um acervo cultural e, para os que não querem, o curso profissionalizante".

"A educação não é prioridade dos governos. Não existe um trabalho realmente sério que vise a educação. Os políticos só se lembram de criança na época da eleição e dão os piores exemplos. Tudo é feito com subterfúgio, com malícia..."

Infelizmente os que fazem as leis se isolam em seus castelos e impõem uma ditadura intelectual".

O primeiro diretor, considera difícil compatibilizar a Lei 5692/71 com a 7044/82; esta lei altera os dispositivos referentes à profissionalização do ensino de 2º grau.

Foi uma lei que partiu, como as outras, de um planejamento elaborado por um grupo de gabinete sem consultar os professores, diretores, especialistas da educação e alunos.

De acordo com a proposta da lei 7044/82, o contato com o mundo do trabalho se faria sem envolver necessariamente a profissionalização. Esse contato seria assegurado quer pela introdução junto aos conteúdos de formação geral, de termos ligados à história da organização do trabalho, cooperativismo, ao papel da ciência e da tecnologia no mundo atual, quer pelo desenvolvimento de prática escolar que exige trabalho conjunto e divisão de tarefas visando a obtenção de produtos pré-especificados¹⁶.

Quanto à profissionalização, tornou-se opcional, ficando a critério de cada estabelecimento, ministrar cursos profissionalizantes ou não, cabendo aos Conselhos Estaduais de Educação normatizá-los.

A nova lei não traz mudanças substanciais que revoguem a Lei 5692/71, a grande modificação foi a substituição do termo "*qualificação para o trabalho*" por "*preparação para o trabalho*".

O que ocorre na prática é a volta ao sistema dual de ensino, pois os cursos colegiais ora acrescentados aos cursos de 2º grau, são parecidos com o antigo científico, preocupando-se em preparar candidatos para os cursos superior.

Embora na lei pretenda-se dar à expressão "*preparação para o trabalho*" uma amplitude maior e mais flexível do que "*qualificação para o trabalho*", entendendo-se esta última como habilitação profissional,

¹⁶ Cf. CARVALHO, Maria Helena de Oliveira - ESTUDOS DA LEI 5692/71 NO ENSINO DE 2º GRAU, CONSEQUÊNCIAS DE IMPLANTAÇÃO - p. 92

as escolas sentem dificuldade em integrar no seu currículo e efetivar de fato a preparação para o trabalho com os conteúdos de formação geral, nos seus cursos, que passaram a se chamar colegial, denominação dada ao 2º ciclo, quando o curso médio era dividido em 1º ciclo - ginásio e 2º ciclo - colegial.

Um dos diretores fala da sua preferência ao retorno às leis orgânicas específicas para cada curso ou colocar o ensino profissional de pois de um curso de 2 (dois) anos de cultura geral.

A primeira proposta do diretor é uma volta às leis orgânicas, a Reforma Capanema que se efetivou em 1942. Segundo Machado¹⁷, esta reforma foi inspirada na Reforma Gentile, aplicada por Mussolini na Itália. De acordo com a exposição de Motivos desta Lei, o objetivo do ensino secundário era "a preparação das individualidades condutores", daqueles que deveriam dirigir, ter maiores responsabilidades dentro da nação; enquanto aos cursos industrial, comercial e agrícola, caberia a tarefa de preparar pessoas que ocupariam cargos técnicos, de acordo com a sua formação. Estabeleceram-se dois tipos de ensino médio: de um lado, um ensino secundário seletivo, enciclopédico e rígido destinado a preparar os estudantes para o curso superior, e do outro, cursos técnicos para preparar trabalhadores que obviamente viriam das classes menos favorecidas. A estes, era concedida a possibilidade de, após concurso, entrarem em cursos superiores que tivessem relacionados com o curso médio que concluíram.

A volta das leis orgânicas seria a volta ao sistema rígido e separatista do curso médio.

A segunda proposta do diretor é continuar com uma situação que já é vigente nas escolas e regulamentada no Parecer 76/75. Em geral o 1º ano do 2º grau é chamado de básico, por oferecer um currículo comum a todos os cursos, iniciando a profissionalização no 2º ano. Assim uma escola que oferece habilitação profissional em Alimentos e Enfermagem tem o 1º ano básico comum a ambos os cursos e, a partir do 2º ano, o aluno vai cursar a habilitação que lhe interessa.

¹⁷ Cf. MACHADO, Lucília R. de Souza - EDUCAÇÃO E DIVISÃO SOCIAL DE TRABALHO - p. 12

O que o diretor propõe é uma extensão de 1 (um) para 2 (dois) anos básicos e a qualificação para o trabalho após esses anos. Pode-se afirmar que as nossas reformas de ensino sempre foram feitas nos gabinetes, sem consultar aqueles que estão atuando nas escolas. O ideário da última reforma está relacionado com a política econômica implantada no Brasil após 1964. O 2º ciclo médio passou a ter um caráter profissionalizante, antagônico até então com outras reformas que tentaram igualar os cursos profissionalizantes ao secundário. Acreditava-se que havia uma carência de técnicos de nível médio nas indústrias e para supri-la, havia necessidade de profissionalizar o 2º grau, o qual tinha como um dos seus objetivos, qualificar para o trabalho. Entretanto a demanda do pessoal com qualificação do nível médio cresceu em ritmo mais acelerado que a oferta de empregos; e ainda mais a não aceitação do ensino médio com função profissionalizante, fez com que a Lei 5692/71, sofresse alterações no seu curso, sendo que nesta última, a 7044/82, a profissionalização tornou-se opcional.

A Lei 5692/71 está conivente com a ideologia da política econômica implantada no período de arbítrio, mas não é bastante forte para derrubar o ideário da educação brasileira do ensino médio que sempre desempenhou a função propedêutica, sendo a referida lei incompatível com as classes médias, que percebem o ensino médio como canal para o ensino superior, o qual está ligado diretamente às suas aspirações.

A Lei 7044/82 é também compatível com o momento de abertura político atual e é uma medida paliativa de conciliação que atende não só os empresários da educação como vem ao encontro dos desejos da classe média, criando cursos propedêuticos como os colegiais e integrados.

Um dos diretores nos fala da excessiva centralização na tomada de decisões em relação à educação, e faz um apelo para os nossos constituintes para que haja mudança da situação. O momento político em que vivemos nos faz pensar que está longe a descentralização almejada, embora na gestão do governo passado, os educadores foram chamados a participar no "Congresso Mineiro", e também na organização dos novos programas de ensino. Contudo atualmente vê-se uma centralização das decisões nas mãos dos dirigentes, não só em relação à educação

como também nos assuntos políticos e econômicos, os quais consideram a descentralização como perda do poder.

Quando se fala em participação, a descentralização do ensino logo é discutida como caminhando para a municipalização do ensino como se este fosse o caminho adequado e não ao contrário um meio de se agravar os desníveis sociais dos nossos municípios.

Um dos diretores nos fala sobre a necessidade de olhar as disparidades regionais; é importante que a comunidade da qual faz parte a escola, seja o alvo principal desta. A escola pode ter um currículo comum, mas há necessidade que se incorpore neste os problemas da região e que sejam estudadas as questões relacionadas a ela.

Mais uma vez o problema das leis impostas de cima para baixo são colocadas, e a não compatibilização das leis com o sistema educacional brasileiro.

O intercâmbio do mundo do trabalho com a escola já é regulamentado pela Lei 7044/82, mas o que acontece na prática é a dificuldade de se integrar o fazer e o pensar nas nossas escolas: ou a escola acaba oferecendo cursos profissionalizantes, ou, embora incluindo no seu currículo a preparação para o trabalho, sente dificuldade em integrá-lo como as demais disciplinas.

Mais uma vez é citada a necessidade da Constituinte se voltar para os problemas de educação, tendo como ponto de partida a realidade.

Um dos diretores propõe o sistema dual de ensino; cursos propedêuticos para os capacitados e profissionalizantes para os que querem trabalhar.

Ele esclarece que a divisão não será feita pela situação sócio-econômica do aluno, entretanto não podemos isolar a escola dos fatores políticos econômicos e culturais que interferem diretamente na sua atuação. A cultura presente na escola favorece determinadas classes sociais em detrimento de classes menos favorecidas. O curso propedêutico continuará destinado à classe dominante, pois é, como já dissemos o seu veículo de ascensão; enquanto os cursos profissionalizantes servirão a classe trabalhadora. Para que o governo tome medidas que protejam ou venham a corrigir as distorções sociais, há necessidade de uma vontade política dos nossos dirigentes para que ocorra uma mudança no curso da nossa história.

A lembrança da educação como plataforma política, discurso dos palanques às vésperas das eleições é mencionada também por um dos diretores, bem como também daqueles que fazem as leis, "*que se isolam nos seus castelos*"..., sem se preocuparem em ouvir aqueles que estão diretamente ligados à educação.

O diretor tem consciência dos problemas que envolvem a nossa educação que, como a saúde, só é lembrada às vésperas de eleições. É um fato comum e presente nos nossos momentos históricos, a educação e outros problemas sociais não serem tratados com o respeito que merecem pelos nossos políticos. Passadas as eleições, esses problemas tão gritados nos palanques são esquecidos; o povo continua a apelar por mais verbas para a educação e melhores condições de saúde, alimentação e moradia.

O que o diretor chama de "*ditadura intelectual*", não passa de uma ideologia imposta pelos legisladores que estão atrelados ao governo; conscientes ou inconscientes, eles sabem que redigem as leis, não para atender às necessidades e aos anseios do povo, mas estabelecer normas para atender a uma classe que está de acordo com os interesses daqueles responsáveis pela sua nomeação ou indicação.

"A permanência na escola é indispensável para que as crianças e jovens do povo se apropriem de conhecimentos úteis às suas lutas e sobrevivência. Mesmo sob a hegemonia burguesa, essa escola pode ser melhorada e com isso aumentar a permanência desses jovens e crianças no sistema do ensino público".

Guilomar Namo de Mello

CONCLUSAO

CONCLUSÃO

O método empregado para realizar a pesquisa, a "Análise de Prosa", nos possibilitou a oportunidade de se fazer uma retrospectiva na história da educação do Brasil, chegar em Minas Gerais e especificamente em Poços de Caldas. Através das entrevistas realizadas com os diretores e professores, como pelo questionário aplicado aos alunos, pela análise de documentos, leis, resoluções e pareceres, fizemos um estudo detalhado da situação da realidade e expectativas em relação ao ensino de 2º grau em Poços de Caldas.

Analisando a história da educação no Brasil dentro do contexto social, percebemos que o sistema dual de ensino, - curso propedêutico e curso profissionalizante - persistiu até a década de 70 do nosso século. O primeiro sempre destinado à classe dominante e o segundo à classe trabalhadora. Na constituição de 1937, o art. 129 é bem claro quando fala sobre o ensino pré-vocacional e profissional, destinando-os às classes menos favorecidas.

Após agosto de 1971 desaparece o sistema dual de ensino através da Lei 5692/71, pela qual os cursos de nível médio, do 2º ciclo tornam-se profissionalizantes. Com esta lei, deu-se o desaparecimento do secundário e a integração das duas formas de ensino, o propedêutico e o profissionalizante. Pretendia-se que o ensino médio, destinado até aquele período a preparar candidatos aos cursos superiores, teria uma terminalidade e passaria a formar técnicos.

Durante 13 (treze) anos a lei 5692/71, sofreu muitas críticas por parte da imprensa e educadores, mostrando a inviabilidade da profissionalização compulsória do ensino de 2º grau, o que levou as autoridades a introduzirem alterações na lei em vigor, através da Lei 7044/82. Com a nova lei a profissionalização no ensino de 2º grau tornou-se opcional.

Após o evento desta lei, em Minas Gerais os cursos de 2º grau com habilitação específica aparecem e perfazem um total de 133 (cento e trinta e três) cursos. Entretanto houve também um crescimento acelerado dos cursos profissionalizantes, principalmente a partir de 1983, após o advento da abertura política e eleições para governadores. Até 1986, o número de cursos profissionalizantes em todo o

tado é de 557 (quinhentos e cinquenta e sete). Em Poços de Caldas aparecem os cursos colegiais sem habilitação em 5 (cinco) escolas da cidade. É um curso propedêutico destinado a preparar candidatos para o vestibular.

O Congresso Mineiro de Educação, realizado em 1983, foi um passo significativo para tomar conhecimento da situação do ensino em Minas Gerais e uma oportunidade de se ouvir educadores, pais e alunos.

Após esse momento, percebemos que houve uma atenção voltada para o ensino de 2º grau e que este teve um crescimento muito significativo. Observamos, no entanto, que não há uma política educacional que direcione a implantação dos cursos e que ainda, o número de cursos de Magistério e Técnico em Contabilidade é mais elevado que os outros cursos.

Fica-nos a seguinte dúvida: esses cursos são realmente os mais solicitados pela comunidade? Ou é ainda o custo dos cursos que direciona a escolha?

Quanto a proposta da diretoria do Ensino de 2º Grau da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais sobre os cursos que seriam implantados em convênio com a Secretaria da Saúde e Trabalho, não nos foi possível, pelas informações recebidas e pelos documentos, saber se a proposta foi efetivada; segundo a diretoria do ensino de 2º grau esses cursos não fariam parte desse ensino, uma vez que eles seriam livres, optativos e atenderiam a uma faixa mais ampla, não apenas aos alunos dos cursos de 2º grau.

Quanto ao resultado da pesquisa em Poços de Caldas, podemos constatar que, as dificuldades para se implantar o ensino profissionalizante nas escolas são muito sérias como: a falta de recursos financeiros que impedem a eficiência dos cursos, tanto na rede estadual quanto na particular; como também a ausência de pessoal habilitado para ministrar disciplinas específicas dos cursos.

Entretanto estes cursos continuam a existir nas escolas particulares e estaduais, são procurados pelos alunos mesmo após a Lei 7044/82, pela qual se tornaram opcionais. Este fato nos leva a concluir que não podemos voltar à situação anterior à 5692/71, época em que os cursos profissionalizantes eram ministrados em um número reduzido

de escolas.

Apesar das dificuldades apontadas os cursos foram considerados de bom nível por parte dos alunos, embora também outros tenham ressaltado que esses precisam ser melhorados para se tornarem eficientes.

Os alunos percebem que a escolha profissional sofre influência dos fatores sócio-econômicos e chegaram a propor que o governo desse mais apoio aos alunos da classe trabalhadora para que estes possam continuar seus estudos.

Um ponto que nos chama a atenção é o crescimento dos cursos de 2º grau que funcionam no período noturno; das 8 (oito) escolas de Poços de Caldas, que oferecem cursos a nível de 2º grau 3 (três) só funcionam à noite e as outras, com exceção de uma oferecem cursos diurnos e noturnos.

Com a atual política econômica do país, a classe média vem perdendo o seu poder aquisitivo e aumenta cada vez mais o número de alunos oriundos dessa classe, como os da classe trabalhadora. Cresce a procura dos cursos noturnos, uma vez que estes alunos têm de trabalhar para ajudar a família e manter seus estudos.

A pesquisa nos mostrou que é relevante o número de jovens que aspiram ao curso superior, mas é um fato real a procura dos cursos profissionalizantes por esses mesmos alunos, que trabalham durante o dia e estudam à noite.

Desde a década de 30, o ensino profissionalizante era destinado aos menos favorecidos; hoje a classe média está fazendo parte deste contingente.

Os diretores teceram críticas à Lei 5692/71, um chegou a elogiar a reforma Francisco Campos, outro propôs a volta à Lei Orgânica ou à formação geral por 2 (dois) anos em seguida a profissionalização. Houve até uma proposta para a volta do sistema dual de ensino, quando o diretor propôs o curso clássico e o científico para os alunos que querem continuar a estudar e o profissionalizante para os que buscam a terminalidade. Embora o diretor afirme que esta "triagem" não é para excluir o aluno pobre, sabemos que na prática é isto que acontecerá, pois o aluno pobre além de trabalhar para ajudar a sua família, não dispõe de recursos financeiros e tempo para se dedicar aos estudos.

Um dos diretores ainda nos fala sobre a falta de seriedade com que são encarados os problemas relacionados à educação pelos nossos governantes.

A excessiva centralização na tomada de decisões em relação à educação e a interferência política-econômica são pontos apontados pelos diretores como empecilhos para o desenvolvimento de um sistema de ensino eficiente e de acordo com a realidade.

Quanto à absorção dos técnicos no Mercado de Trabalho, as escolas não possuem dados concretos. Apenas dois diretores se pronunciaram a respeito, um deles considera que essa absorção não depende da eficiência do curso, mas da necessidade do momento. Outro já é de opinião que um bom número de técnicos está em profissão não compatível com a sua habilitação e que a indústria prefere treinar o pessoal, que lhe é necessário.

Entretanto constatamos que existem setores nas empresas que embora exijam experiência dos candidatos, procuram contratar técnicos, com habilitação específica para a função que desempenham.

Os professores mostraram-se desanimados com os salários e condições de trabalho, mas apresentaram sugestões muito significativas para a melhoria do ensino de 2º grau, que valem à pena serem lembradas e que devem ser estudadas pelas universidades e Secretarias de Educação:

- *reciclagem para o professor;*
- *reformulação dos cursos das faculdades;*
- *maior entrosamento entre a direção da escola e professores.*

Outros estudos deveriam ser realizados para resgatar o papel do ensino de 2º grau no nosso sistema educacional, principalmente os cursos noturnos que fazem parte da nossa realidade e vêm tendo um crescimento significativo.

Considerando-se que na atual conjuntura existem cursos de 2º grau que se dedicam exclusivamente a habilitar profissionalmente seus alunos é primordial que haja um planejamento para que se implantem cursos que sejam necessários à comunidade e condizentes com a demanda.

É importante que se realizem estudos por parte da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, para definir critérios para a distribuição de oferta de cursos nas escolas estaduais e que não haja um crescimento excessivo de cursos que são menos onerosos, mas nem sempre interessantes para a comunidade, evitando também a dispersão de recursos e meios para fins idênticos.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, José Márcio - Coletânea de Legislação Federal do Ensino - (1931-1983) - Belo Horizonte, Lancei - 1984.
- ALTHUSSER, Louis - Ideologia e Aparelho Ideológico do Estado, Lisboa - Editorial Presença - 1980.
- ANAIS do Simpósio sobre o Ensino Profissionalizante. Câmara dos Deputados - Brasília - 1982.
- ANDERY, Alberto A. et alii - Psicologia Social, São Paulo, Brasiliense - 1984.
- ANDRÉ, Marli - Texto, Contexto e Significados: Algumas Questões na Análise de Dados Qualitativos; Caderno de Pesquisa, Fundação Carlos Chagas - São Paulo, 45: 66-71 - 1983.
- AROUCA, Lucila Schwantes - Educação para a Formação de Recursos Humanos - São Paulo, PUC - 1983 (Tese de Doutorado).
 - . Metodologia do Ensino da Educação de Adultos e Educação Popular. Textos Organizados para o Curso de Pós-Graduação - Campinas - 1985.
 - . O Trabalho Educacional com a População e a Busca do Saber da Comunidade. Texto Organizado para o Curso de Pós-Graduação, Campinas - 1985.
 - . Documento de Assessoria em Educação Popular da Secretaria de Estado da Promoção Social - Campinas - 1985.
- BALZAN, Newton César - Alunos do Noturno, Quem são eles? In CEDES 16: 9-19 - São Paulo, Cortez - 1986.
- BARROSO, Carmem Lúcia e MELLO, Guiomar Namó - O Acesso da Mulher no Ensino Superior Brasileiro, Caderno de Pesquisa, 15: 47-77, Fundação Carlos Chagas - São Paulo - dezembro/1975.
- BARROS, Samuel Rocha - Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º Grau - Rio de Janeiro, Francisco Alves - 1975.
- BASBAUM, Leôncio - História Sincera da República de 1889 a 1930 - São Paulo - Alfa, Ômega - 1975.

- BEISIEGEL, Celso de Rui - Estado e Educação Popular. São Paulo, Pioneira - 1974.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.) - A Questão Política da Educação Popular - São Paulo, Brasiliense - 1984.
- BRANDÃO, Zaia - Formação de Mão-de-Obra na Empresa. Estudo de Caso de Formação Profissional Básica - Rio de Janeiro, PUC - 1973. (Dissertação de Mestrado).
- BREJON, Moisés - Organização, Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus, São Paulo - Livraria Pioneira.
- CARVALHO, Maria Helena de Oliveira - Estudo da Lei 5692/71, no Ensino de 2º Grau, Consequências de Sua Implantação - São Paulo, PUC - 1984 (Tese de Doutorado).
- CHAUI, Marilena - O Que é Ideologia - São Paulo, Brasiliense - 1987.
- CUNHA, Luís Antonio C. R. - Educação e Desenvolvimento Social no Brasil - Rio de Janeiro, Francisco Alves - 1983.
 - . A Profissionalização no Ensino Médio - Rio de Janeiro, Eldorado - 1977.
- CURY, Carlos R. J. et alii - A Profissionalização do Ensino na Lei 5692/71 - Brasília, INEP - 1982.
 - . Educação e Contradição - São Paulo, Cortez - 1985.
- DOMINECÉ, Pierre - A Biografia Educativa: Instrumento de Pesquisa para a Educação dos Adultos - Trad. Costa, Sevane Maria Cortijo.
- DOWBOR, Ladislau - O que é Capital - São Paulo, Brasiliense - 1982.
- FRANCO, Maria Laura e ARAÚJO Edíogenes - Procurando um Novo Espaço para o 2º Grau. Caderno de Pesquisa 7: 21-31, Fundação Carlos Chagas - São Paulo - 1984.
- FRANCO, Maria Laura - Ideologia: Problemas Conceituais - Apostila - 1983.
- FREIRE, Paulo et alii - Vivendo e Aprendendo - São Paulo, Brasiliense - 1980.
 - . Pedagogia do Oprimido - Rio de Janeiro, Paz e Terra - 1983.

- FREITAG, Bárbara - Escola, Estado e Sociedade - São Paulo - Moraes. 1984.
- FRIAÇA, Julce Lima - Uma Análise da Habilitação Profissional no Ensino de 2º Grau - A Lei 5692/71 e sua Reformulação, Brasília, UnB - 1982 (Dissertação de Mestrado).
- GADOTTI, Moacir - Educação e Poder - São Paulo, Cortez - 1984.
 . Educação e Compromisso - Campinas, Papirus - 1985.
- INFORMATIVO MAI de Ensino - Lancer, nºs 75, 83, 84, 85 e 89.
- LANA, Leni de Barros - Ao Instituto de Educação nos Seus 80 Anos.
 In AMAE Educando Nº 184: 35-36, Associação Mineira de Ação Educacional - Belo Horizonte - novembro/1986.
- LANE, Silvia T. Maurer - O que é Psicologia Social - São Paulo - Brasiliense - 1983.
- LEDWIG, Helena - Educação e Força de Trabalho Feminina no Brasil, 32: 45-49 - fevereiro/1980.
- LUDKE, Menga e ANDRÉ Marli - Pesquisa em Educação - Abordagens Qualitativas - São Paulo, EPU - 1986.
- LUDWIG, R. - Exposição de Motivos Nº 49 de 28 de junho de 1982 - Brasília, MEC - 1982.
- MACHADO, Lucília R. de Souza - Educação e Divisão Social do Trabalho - São Paulo, Cortez - 1982.
- MENDES, Virgínia et alii - O Ensino de 2º Grau, Redefinindo uma Prioridade - Caderno de Pesquisa 7: 27-31 - Fundação Carlos Chagas - São Paulo - 1984.
- MINAS GERAIS, Secretaria de Educação. Boletim Informativo D.M. Nº 41/42 - Belo Horizonte - 1971.
- NAGLE, Jorge - Educação e Sociedade na Primeira República - São Paulo, EPU - 1974.
- OLIVEIRA, Fernando Antonio Leite - Escola Noturna de Uberlândia, Pesquisa e Ação In Cedes 16: 20-29 - São Paulo - Cortez - 1986.

- PAIVA, Vanilda Pereira - Educação Popular e Educação de Adultos, São Paulo, Loyola - 1983.
- PISTRAK - Fundamentos da Escola do Trabalho - São Paulo, Brasiliense - 1981.
- RESOLUÇÕES DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS - Volume II (112) 70: 59-72 - Belo Horizonte - 1975.
- REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS - Volume XIII, Nº 37 - setembro/dezembro - 1949.
- RIBEIRO, Maria Luiza - História da Educação Brasileira - São Paulo, Moraes - 1986.
- RODRIGUES, Neidson - A ^{Função} Fundação da Escola de 1º Grau na Sociedade Democrática, In Jornal da Educação, MG - setembro/1984.
 . Por uma Nova Escola - São Paulo, Cortez - 1985.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira - História da Educação no Brasil (1930-1973) - Petrópolis, Vozes - 1984.
- ROSSI, Wagner G. - Capitalismo e Educação - São Paulo, Moraes - 1980.
- SALM, Cláudio L. - Escola e Trabalho - São Paulo, Brasiliense - 1980.
- SAVIANI, Dermeval - Educação do Senso Comum à Consciência Filosófica - São Paulo, Cortez - 1983.
 . Educação Brasileira, Estrutura e Sistema - São Paulo, Cortez, 1983.
 . Escola e Democracia - São Paulo, Cortez - 1983.
- SOUZA, Maria Inês Saldado de - O IPES e a Política Educacional após 1964 - Petrópolis, Vozes - 1981.
- VELLOSO, J. R. - Socialização e Trabalho, Escola e Produção Capitalista, In Educação e Sociedade Nº 7, Cortez - São Paulo, setembro/1980.

- 88-
- VIANNA, Agnelo C. - Educação Técnica MEC/DEI, Rio de Janeiro - 1970.
- . A Escola Técnica e a Formação do Técnico Industrial, MEC/DEI, Rio de Janeiro - 1967.
- WARDE, Mirian Jorge - Educação e Estrutura Social - São Paulo, Moraes - 1983.